



9

Programas de Acompanhamento e Monitoramento

Os programas ambientais referentes ao meio físico e biótico, aqui tratados, serão apresentados apenas de forma conceitual por meio de suas diretrizes e princípios. Oportunamente, com o desenvolvimento do Projeto do Terminal São Mateus (detalhamento de engenharia), será elaborado o Plano Básico Ambiental (PBA), onde esses programas serão detalhados a nível executivo. No PBA estarão contemplados detalhamentos, como os indicadores de desempenho, técnicas de acompanhamento e recursos previstos, bem como os respectivos cronogramas de execução.

Já os programas do meio socioeconômico possuem um maior nível de detalhamento visando atender ao Termo de Referência e à Instrução Normativa do IEMA nº 003/2009.

Os programas/planos relacionados aos aspectos de riscos e segurança (Plano de Gerenciamento de Risco, Plano de Ação de Emergência e Plano de Emergência individual), estão apresentados juntamente com os estudos que os subsidiaram (Estudo de Análise de Risco e Modelagem de Dispersão de Óleo) no Anexo RISCOS E SEGURANÇA.

Embora aqui estejam apresentados os programas para o monitoramento ambiental na Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento, visando acompanhar a evolução da qualidade ambiental e permitir a adoção de medidas complementares de controle, é sabido que demais ações podem ser importantes ao considerar a sinergia dos investimentos no processo de desenvolvimento da região.

Assim, os programas ambientais descritos nesta seção são abaixo relacionados:

- Programa de Gestão Ambiental (PGA)
- Programa de Controle de Poluição (PCP)
 - Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
 - Programa Gerenciamento de Efluentes Líquidos;
 - Programa de Controle de Emissão de Particulados.
- Programa de Monitoramento da Água Subterrânea
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Mar
- Programa de Monitoramento da Qualidade de Sedimentos Marinhos
- Programa de Monitoramento Marinho da Comunidade Bentônica
- Programa de Monitoramento de Cetáceos
- Programa de Monitoramento de Quelônios
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna
- Programa de Monitoramento da Carcinofauna
- Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna
- Programa de monitoramento da Fauna Terrestre
- Programa de Comunicação Social
- Programa de Educação Ambiental nas Comunidades do Entorno
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores

- Projeto de Monitoramento Socioeconômico
- Programa de Desenvolvimento de Fornecedores e Qualificação Profissional
- Programa de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)
- Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial

9.1 PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

♦ INTRODUÇÃO

O Programa de Gestão Ambiental (PGA) do Terminal São Mateus visa ao atendimento à legislação e às normas ambientais aplicáveis, para prevenção da poluição, controle dos possíveis impactos e na melhoria contínua. Este Programa está fundamentado nas seguintes diretrizes: a gestão dos recursos hídricos, a redução da geração de resíduos, bem como sua destinação adequada, o controle das emissões atmosféricas, a reabilitação de áreas alteradas, a preservação da biodiversidade e a educação ambiental.

O PGA possuirá um papel muito importante para a administração do empreendimento. A Gerência Ambiental planejará as ações e adotará medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais ocasionados pelas atividades do Terminal São Mateus a partir deste Programa.

♦ OBJETIVO

O Programa de Gestão Ambiental (PGA) do Terminal São Mateus tem como objetivo geral a busca da excelência ambiental através da definição do processo gerencial a ser adotado para promover a melhor execução do conjunto de ações destinadas a minimizar os impactos gerados pelas atividades do empreendimento. As ações previstas estão contidas nos programas ambientais, que são específicos de cada área, mas que devem ser gerenciados de forma integrada para garantir resultados ambientais positivos.

♦ METODOLOGIA

A Gerência Ambiental deverá ter contato periódico com as demais lideranças dos demais Programas e receber os relatórios gerados pelos Programas Ambientais, possibilitando assim a centralização das informações, e que essa gerência possua uma visão geral dos processos existentes e de suas interações com o meio ambiente e com a sociedade, fundamentando suas propostas de melhoria. O PGA deve se estruturar em procedimentos, registros adequados, relatórios comprobatórios das ações estabelecidas nos Programas Ambientais e medidas ambientais. A implantação do Programa será dividida nas seguintes etapas:

- Elaboração dos Programas Ambientais.
- Aprovação dos Programas Ambientais.
- Contratação e treinamento de equipes especializadas.
- Monitoramento e controle.

- Revisões das atividades propostas pelos programas, a partir dos resultados obtidos no monitoramento.

♦ PÚBLICO-ALVO

Órgãos ambientais, empreendedor, trabalhadores e comunidades do entorno do empreendimento.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Gestão Ambiental (PGA)	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Gestão Ambiental possui inter-relação com todos os programas propostos

9.2 PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO

Este Programa é composto pelos seguintes subprogramas:

- Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Programa Gerenciamento de Efluentes Líquidos;
- Programa de Controle de Emissão de Particulados.

9.2.1 PROGRAMA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS)

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As atividades previstas para serem executadas durante a Fase de Instalação da Etapa 2 do empreendimento irão gerar diversas tipologias de resíduos sólidos que deverão ser gerenciados de forma adequada para evitar a ocorrência de contaminação ambiental.

Na fase de instalação, os resíduos provêm principalmente de entulhos de obras, de resíduos de manutenção de máquinas e equipamentos, além de resíduos das áreas administrativas. Na fase de operação haverá a geração de resíduos operacionais. Além desses, devem ser incluídos também os resíduos gerados nas embarcações em ambas as fases, que apesar de terem o seu gerenciamento sob responsabilidade dos representantes dos Armadores, existe a corresponsabilidade do Agente Portuário (Administração do Terminal) na fiscalização.

Neste sentido, justifica-se a adoção de um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para toda a área do empreendimento. Pretende-se com este Programa estabelecer padrões para o adequado manejo e disposição final dos resíduos a serem gerados.

Ressalta-se que o gerenciamento de resíduos sólidos não depende apenas dos aspectos técnicos do tratamento ou de locais específicos para armazenamento na área do empreendimento e sua disposição final, mas também da responsabilidade de um acompanhamento sistematizado envolvendo todo o ciclo do resíduo, controlando-se desde a sua geração até a sua disposição final.

Portanto, o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos se faz necessário pela necessidade de mitigar e controlar os impactos associados à geração dos resíduos sólidos, além de orientar o empreendedor quanto às práticas a serem adotadas.

♦ OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos tem como principal objetivo a correta segregação, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e disposição final dos resíduos gerados pelo empreendimento na Fase de Instalação estando em conformidade com a legislação ambiental, de forma a garantir o controle efetivo durante todo seu ciclo.

♦ METODOLOGIA

Este PGRS prevê os seguintes procedimentos para o Terminal São Mateus, para as Fases de Instalação e de Operação:

- Caracterização e Classificação;
- Segregação;
- Acondicionamento;
- Quantificação;
- Coleta;
- Armazenamento (a localização da área de armazenamento temporário de resíduos da Fase de Operação será definida durante a Fase de Instalação);
- Transporte;
- Tratamento;
- Destinação Final;
- Monitoramento;
- Registro de informações.

Além dessas ações, prevê-se a adesão a programas de coleta seletiva e reciclagem.

♦ PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e colaboradores do empreendimento, órgãos de limpeza pública, e comunidade do entorno.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O PGRS possui inter-relação com os programas Comunicação Social, Educação Ambiental, Controle de Processo Erosivo.

9.2.2 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos se justifica pela necessidade de descrever os procedimentos a serem adotados para garantir a redução ou manutenção de padrões de desempenho ambiental predefinidos. O Programa atua nos processos correntes de geração de efluentes líquidos associados à atividade, prevenindo os impactos decorrentes.

As atividades previstas para serem executadas durante a Fase de Instalação da Etapa 2 do empreendimento irão gerar efluentes líquidos constituídos basicamente por esgotos sanitários e águas contaminadas com resíduos oleosos, oriundos de oficinas de manutenção de máquinas.

Na Fase de Operação da Etapa 2, para as atividades previstas serão gerados efluentes líquidos dos esgotos sanitários e águas contaminadas com resíduos oleosos. Neste sentido, justifica-se a adoção de um programa de gerenciamento de efluentes para toda a área do empreendimento. Pretende-se com este programa estabelecer padrões para o monitoramento dos efluentes líquidos a serem gerados, tratados e posteriormente lançados descartados.

Portanto, o Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos se faz necessário pela necessidade de mitigar e controlar os impactos associados à geração dos efluentes líquidos, além de orientar o empreendedor quanto às práticas a serem adotadas.

◆ OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos tem como objetivo geral minimizar os impactos ambientais potenciais relacionados com os efluentes líquidos gerados em suas atividades. Para tanto, adota medidas de gerenciamento e controle da geração, tratamento e destinação final dos efluentes líquidos e águas pluviais, tanto para a Fase de Instalação quanto para a Fase de Operação do empreendimento em sua Etapa 2.

◆ METODOLOGIA

Para garantir a implementação deste Programa e o alcance dos objetivos estabelecidos, são definidas as seguintes ações:

- Implantação de sistemas de tratamento de esgotos sanitários, de efluentes oleosos, de efluentes industriais e de águas pluviais conforme projetos de engenharia e atendendo às normas técnicas pertinentes.
- Implantação de procedimentos de monitoramento periódico dos efluentes finais de todos os sistemas de tratamento para verificar atendimentos aos padrões legais de lançamento.
- Treinamento de funcionários para operação e manutenção dos sistemas de tratamento.
- Implantação de medidas que promovam o uso racional de água.
- Monitoramento ambiental para acompanhar, de forma sistemática, as emissões decorrentes das atividades produtivas, no sentido de avaliar as alterações físicas, químicas e biológicas que essas emissões possam vir a causar no meio ambiente receptor.

◆ PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

◆ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos possui inter-relação com os demais programas que compõem o Programa de Controle da Poluição (PCP).

9.2.3 PROGRAMA DE CONTROLE DE EMISSÃO DE PARTICULADOS

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Durante a Fase de Instalação da Etapa 2 do Terminal São Mateus, estima-se uma pequena alteração da qualidade do ar na área do empreendimento pelo aumento da concentração ambiental de material particulado em suspensão e de partículas inaláveis, compreendendo desde a mobilização de equipamentos, execução das obras e a operação do Terminal. Esse aumento se dá pelas operações de terraplenagem com cortes e aterros de terrenos, envolvendo ainda escavações para a construção das fundações, abertura de vias de acesso, bem como a movimentação de veículos (caminhões, máquinas e equipamentos) nas áreas das obras e estradas internas não pavimentadas, movimentação de embarcações, que irão gerar emissões de particulado, estando sujeitos à ação eólica, com algum potencial de atingir a população vizinha, principalmente na Fase de Instalação. Dessa forma, torna-se necessário o planejamento e a implementação de medidas de controle que reduzam a emissão de particulado.

♦ OBJETIVO

Este Programa tem por objetivo o controle da emissão de material particulado gerada nas áreas de intervenção do solo e estradas não pavimentadas durante a fase de instalação da Etapa 2 do empreendimento. Esse controle terá de ser realizado na fonte de geração, segundo as orientações descritas neste estudo.

♦ METODOLOGIA

Neste estudo estão sendo propostas medidas de controle para atenuação da magnitude das emissões de particulado na fase de instalação, através das seguintes ações:

- Umectação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência predeterminada, para abatimento na origem das emissões de material para a atmosfera.
- Monitoramento visual de emissão de fumaça preta dos caminhões movidos a diesel.
- Utilização de cobertura nos caminhões através do recobrimento das carrocerias com lonas, quando do transporte de materiais granulados (ex., terra, areia e brita), evitando-se a emissão de particulado em suspensão.
- Utilização de brita nas vias não pavimentadas e acessos a serem implantados, com o intuito de reduzir as emissões de particulados na passagem dos veículos.

- Controle de velocidade dos veículos em toda a área do empreendimento.
- Utilização de locais com menor interferência em relação à ação dos ventos onde serão estocados os materiais granulados, evitando assim o arraste eólico.
- Adoção de sistema de aspersão mecânica/manual como procedimento de controle.

♦ PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Controle de Emissões Atmosféricas	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Controle de Emissões Atmosféricas possui inter-relação com os demais programas integrantes do Programa de Controle da Poluição e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.3 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA ÁGUA SUBTERRÂNEA

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Durante a fase de instalação e de operação da Etapa 1, não estão previstas interferências na qualidade da água subterrânea do aquífero freático, prevê-se possíveis impactos apenas nas fases de instalação e operação da Etapa 2.

Durante a fase de instalação da Etapa 2, as principais atividades potencialmente poluidoras, que podem provocar a alteração da qualidade das águas subterrâneas, são a operação do canteiro de obras com a geração de resíduos e efluentes decorrentes de suas atividades, além de derrames acidentais de combustíveis armazenados e de fluidos dos veículos e equipamentos que transitarão na área durante a implantação.

Quanto à fase de operação, as atividades com maior potencial para promover alterações na qualidade da água do aquífero freático são representadas pelos resíduos e efluentes a serem gerados nas operações em geral do terminal a ser implantado, pelo armazenamento e manuseio de combustíveis e lubrificantes, derrames acidentais de combustíveis armazenados e de fluidos dos veículos e equipamentos que transitarão na

área. Vale destacar que após o devido tratamento os efluentes gerados no terminal, bem como as águas oriundas das drenagens pluviais, serão infiltrados no solo.

Ressalta-se que a pequena profundidade do lençol freático da área em relação à superfície e a composição arenosa dos sedimentos aumentam o risco de contaminação das águas subterrâneas.

Neste sentido, justifica-se a adoção de um programa de acompanhamento da qualidade das águas subterrâneas na Fase de Instalação e Operação da Etapa 2 para toda a área do empreendimento.

◆ OBJETIVO

Realizar o Monitoramento da água subterrânea do aquífero freático, para a fase de instalação e operação da Etapa 2 do empreendimento, a fim de propiciar o acompanhamento da alteração da qualidade destas águas e averiguar a influência do empreendimento nesta variação.

◆ METODOLOGIA

Anteriormente ao início das obras de instalação do empreendimento, será instalada uma rede de amostragem de água subterrânea por meio de poços de monitoramento, estrategicamente distribuída para a coleta de águas e avaliação da qualidade ambiental das mesmas e das oscilações do lençol freático.

Os poços de monitoramento serão perfurados e implantados segundo a Norma ABNT NBR 15.495 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 1: Projeto e Construção, e deverão possuir profundidades em acordo com o nível do lençol freático no ponto de instalação.

As amostragens da água serão realizadas por meio do procedimento de Baixa Vazão, também conhecido como “*Low Flow*” ou Micropurga, que caracteriza-se pela coleta da água subterrânea por meio de uma bomba controlando-se a vazão e o rebaixamento do nível d’água durante a purga, bem como o acompanhamento contínuo dos parâmetros pH, Temperatura, Condutividade, Potencial de Óxido Redução e Oxigênio Dissolvido durante o procedimento, sendo realizada a amostragem quando observa-se uma estabilidade destes parâmetros, permitindo uma maior representatividade da amostra.

Com base nos efluentes gerados nas duas fases do empreendimento (sanitário e oleoso), e nas tipologias de resíduos a serem gerados, associados ainda às características dos solos locais, recomenda-se os seguintes parâmetros para monitoramento: Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs); Hidrocarbonetos Poliaromáticos (HPAs); Hidrocarbonetos Totais de Petróleo (HTPs); Metais (Fe, Al, Mn, Pb, As, Cr, Cd, Zn, Hg, Na); Sólidos Totais Dissolvidos; Condutividade Elétrica; Nível de Água; Cianeto; Cloretos; Fenóis; e pH.

Os resultados analíticos serão comparados aos Valores Máximos Permitidos (VMP) para consumo humano estabelecidos pela Resolução CONAMA N° 396/2008, aos Valores Orientadores para água subterrânea estabelecidos pela Resolução CONAMA N° 420/2009, e aos resultados de referência contidos no diagnóstico ambiental junto ao EIA.

As amostras de água subterrânea serão coletadas, preservadas e analisadas, segundo o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras da ANA (2011).

♦ **PÚBLICO-ALVO**

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação e operação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

♦ **CRONOGRAMA FÍSICO**

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Água Subterrânea	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ **INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS**

O Programa de Monitoramento da Água Subterrânea possui inter-relação com o Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.4 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO MAR

♦ **INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Durante a fase de instalação das Etapas 1 e 2, as principais alterações na qualidade das águas na área de influência do empreendimento decorrem do revolvimento dos sedimentos do fundo quando da fixação e posicionamento das âncoras e PLEM, posicionamento e enterramento das tubulações e a presença de embarcações necessárias à execução das atividades.

Quanto à fase de operação, as principais alterações decorrem da presença das embarcações, da possibilidade de vazamentos de óleo bruto em mar, e da possibilidade de contaminação por efluentes tratados lançados no mar.

♦ **OBJETIVO**

Este Programa tem como objetivo monitorar a qualidade das águas potencialmente influenciadas pela instalação e operação do empreendimento, para acompanhamento de sua evolução e verificação de conformidade com padrões legais (Resolução CONAMA nº 357/2005).

♦ METODOLOGIA

Visando identificar eventuais alterações na qualidade das águas em relação aos padrões legais durante a fase de instalação, propõe-se a realização de monitoramento semestral, a partir do início das atividades em mar, para acompanhamento da evolução físico-química da massa d'água.

Quando na fase de operação, em função da movimentação de óleo e embarcações, propõe-se o monitoramento com periodicidade anual, a fim de avaliar possíveis variações nas características qualitativas.

Dentre as diretrizes para seleção dos pontos de monitoramento, deverão ser consideradas as áreas de influência do empreendimento, as características hidrodinâmicas, sazonalidade, etc., além dos resultados encontrados no diagnóstico ambiental.

Os parâmetros a serem monitorados deverão ser os mesmos adotados para o Diagnóstico do Estudo de Impacto Ambiental. A coleta, a preservação, o acondicionamento das amostras e análises laboratoriais deverão ser realizados de acordo com as normas preconizadas no *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2007).

Os resultados dos monitoramentos deverão ser comparados com os limites indicados pela Resolução CONAMA nº 357/2005, a qual dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, bem como obtidos em literaturas e publicações. Deverá ser feita análise dos resultados, considerando a evolução ao longo do tempo e da influência das fontes poluidoras, as variações de precipitações pluviométricas e outros processos físicos atuantes.

As amostras para a determinação dos demais parâmetros deverão ser coletadas com auxílio da garrafa oceanográfica e enviadas para análise em laboratório especializado.

Os parâmetros físico-químicos “de campo” (temperatura, salinidade, oxigênio dissolvido (OD) e turbidez) deverão ser medidos “*in situ*” em três profundidades da coluna d'água: superfície, meio e no fundo.

Os resultados obtidos nos levantamentos deverão ser apresentados em Relatórios Técnicos Parciais. Ao término da fase de implantação deverá ser gerado Relatório Consolidado, no qual deverá ser incluída a análise sobre a efetividade do monitoramento, bem como eventuais alterações/adequações necessárias. Para a fase de operação deve ser gerado Relatório Consolidado a cada dois anos.

♦ PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Mar	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Mar possui inter-relação com o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos Marinhos e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.5 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS SEDIMENTOS MARINHOS

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As atividades durante a implantação do empreendimento têm baixo potencial de afetar as características físico-químicas dos sedimentos de fundo; dentre elas, a movimentação de embarcações, instalação e enterramento das âncoras, tubulações e PLEMs.

Quando da fase de operação do empreendimento, a emissão de efluentes líquidos nos corpos hídricos e a possibilidade de possíveis vazamentos, apesar da previsão de rigorosos padrões de controle, representam um risco de contaminação do meio.

♦ OBJETIVO

Este Programa tem como objetivo avaliar os impactos da implantação e operação do empreendimento.

♦ METODOLOGIA

Durante a instalação do empreendimento, recomenda-se a adoção de periodicidade semestral para o monitoramento, de modo à identificar a evolução da qualidade ambiental e acompanhar os possíveis impactos.

Já na operação do empreendimento, o monitoramento servirá para consolidar a efetividade dos sistemas de controles existentes no empreendimento. Por isso, recomenda-se o monitoramento anual da área de influência do empreendimento.

Os parâmetros a serem avaliados são aqueles abordados pela resolução CONAMA 454/12, que inclui metais, semimetais, componentes orgânicos, hidrocarbonetos.

Para seleção dos pontos de monitoramento deverão ser consideradas as áreas de influência do empreendimento, as características hidrodinâmicas, sazonalidades, etc., além dos resultados encontrados no diagnóstico ambiental.

♦ PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos Marinhos	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos Marinhos possui inter-relação com o Programa de Monitoramento da Comunidade Bentônica e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.6 PROGRAMA DE MONITORAMENTO MARINHO DA COMUNIDADE BENTÔNICA

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este programa está relacionado ao impacto de interferência na comunidade bentônica decorrentes do lançamento e fixação das estruturas marítimas do TSM, e com o impacto de variação da biodiversidade decorrente de bioincrustação nessas estruturas. Por intermédio desse monitoramento tornam-se possível o conhecimento da estrutura e do funcionamento do ecossistema monitorado, permitindo assim identificar as possíveis interferências provocadas pelas atividades realizadas do Terminal São Mateus e subsidiar o comportamento das comunidades biológicas existentes nesses ecossistemas adjacentes. O programa proposto também auxiliará na identificação da introdução de espécies exóticas.

♦ OBJETIVO

- Avaliação qualitativa e quantitativa dos bentos de fundo inconsolidado na área de influência direta;
- Avaliação qualitativa e quantitativa dos bentos de fundo consolidado na área de influência direta e nas áreas recifais identificadas na área estudada como controle;

- Avaliação qualitativa e quantitativa dos bentos de fundo consolidado nas áreas recifais identificadas na área estudada como controle;
- Identificação de introdução de espécies exóticas.

♦ **METODOLOGIA**

As amostragens da comunidade bentônica de fundo inconsolidado serão realizadas com o uso de amostrador busca-fundo do tipo Petersen, sendo avaliados o número de indivíduos, riqueza, diversidade (Shannon-Wiener), equitabilidade (J') e dominância de Simpson. Também serão avaliadas a densidade de organismos (ind/m^2) e variações espaciais e temporais da comunidade através de análises multivariadas (MDS, ANOSIM/PERMANOVA e SIMPER) (todos esses procedimentos serão realizados a partir do programa Primer 6.0.) e associadas a variações de parâmetros da composição do sedimento através da CCA.

Para a comunidade bentônica de fundo consolidado (estruturas marítimas e fundos recifais) será utilizado metodologia não destrutiva por meio de fotofilmagem de alta resolução.

♦ **PÚBLICO-ALVO**

O público-alvo desse programa são todos os funcionários envolvidos na implantação do empreendimento, o empreendedor, os órgãos ambientais, a sociedade afetada.

♦ **CRONOGRAMA FÍSICO**

Propõe-se a periodicidade semestral para o monitoramento da comunidade bentônica de fundo inconsolidado e anual para a comunidade de fundo consolidado, no período do verão em função da melhor visibilidade da água.

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Marinho da Comunidade Bentônica	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ **INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS**

O Programa de Monitoramento Marinho da Comunidade Bentônica possui inter-relação com o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos Marinhos, com o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Mar, com o Programa de Monitoramento da Ictiofauna e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.7 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE CETÁCEOS

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Os cetáceos são afetados por diversas ações humanas, como as atividades portuárias: construção de cais, trânsito de embarcações, dragagens; no processo de exploração e produção de petróleo: sísmica, perfuração, produção e escoamento; capturas acidentais nas atividades pesqueiras; interferência por embarcações turísticas, entre outras (SICILIANO, 1994; SICILIANO *et al.* 1996; LODI *et al.* 1996; PIZZORNO *et al.* 1998; MARTINS 2004; MARCHIORO 2005; WAEREBEEK *et al.* 2007; FREITAS NETTO E DI BENEDITTO 2008).

Os impactos dos ruídos antropogênicos nos cetáceos têm sido uma das grandes preocupações da IWC (Comissão Internacional Baleeira) nos últimos anos (KETTEN 2004), e a avaliação do nível de ruído subaquático tem sido um dos principais aspectos nos relatórios técnicos de projetos para construção de terminais portuários (NEDWELL *et al.* 2003) e em pontes e cais de atracagem (NEDWELL 2002).

A expansão portuária e o trânsito de embarcações em áreas marinhas se encontram em crescente expansão no litoral do estado do Espírito Santo e têm sido objeto de atenção dos órgãos licenciadores, em função dos diferentes riscos potenciais presentes nas diversas fases dessas atividades, cujos efeitos sobre a fauna existente nessas áreas ainda são pouco conhecidos (PIZZORNO *et al.*, 1999).

Dessa forma, a posição trófica dos cetáceos no ecossistema marinho, bem como suas características comportamentais e fisiológicas, torna-os importantes indicadores da qualidade ambiental, constituindo um grupo chave para monitoramentos ambientais (KETTEN, 1998).

♦ OBJETIVO

O Programa tem como objetivo realizar o monitoramento da ocorrência de cetáceos na área de influência direta e indireta do empreendimento por meio do apoio a renomadas instituições que já atuam com esse mesmo objetivo avaliando os possíveis impactos que esse grupo de mamíferos marinhos possa sofrer durante a sua fase de implantação, bem como mitigar os potenciais impactos.

♦ METODOLOGIA

O Programa prevê apoio às ações de monitoramento de cetáceos no mar e de encalhes nas praias cujas iniciativas estão em andamento por instituições de ensino e pesquisa como, por exemplo, o Instituto Baleia Jubarte.

A parceria firmada entre as instituições poderá potencializar as ações em andamento evitando assim a sobreposição de ações e como consequência uma otimização dos esforços em prol do monitoramento de cetáceos na costa espírito-santense.

Espera-se com isso, que os dados provenientes dessas pesquisas sejam tornados públicos aumentando sobremaneira os beneficiários das ações propostas.

♦ **PÚBLICO-ALVO**

O público-alvo é composto pelo órgão ambiental (IEMA), Instituições de Ensino e Pesquisa, Instituto Baleia Jubarte, CMA/ICMBio e pela comunidade da área de influência direta, bem como dos trabalhadores da LIQUIPORT.

♦ **CRONOGRAMA FÍSICO**

Propõe-se que o monitoramento ocorra durante a fase de instalação da Etapa 1 do TSM com foco no período de migração das Baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*)

PROGRAMA	Programa de Monitoramento de Cetáceos	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ **INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS**

O Programa de Monitoramento de Cetáceos possui inter-relação com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.8 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUELÔNIOS

♦ **INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

As populações de tartarugas marinhas são afetadas por diversas atividades humanas, desde a coleta de ovos e fêmeas nas praias, trânsito de veículos nas praias de desova, poluição por plástico e por petróleo, colisões com embarcações, dragagem de portos e canais, captura para a utilização em rituais religiosos, e as variadas artes de pesca (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1990). Os habitats das tartarugas marinhas no Brasil também são impactados pelo desenvolvimento costeiro. Isto inclui alterações nas áreas costeiras, nos fundos dos oceanos, nas praias de desovas, provocadas por dragagem, tráfegos de embarcações, iluminação artificial das praias e construções de edificações (TAMAR, 2005). Porém, a captura incidental na pesca é considerada a maior ameaça à conservação das tartarugas marinhas (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1990).

Devido à identificação da área de influência do empreendimento como região de ocorrência de tartarugas marinhas, torna-se necessária a implementação de um programa de monitoramento nas praias adjacentes ao empreendimento.

◆ OBJETIVO

O Programa tem como objetivo realizar o monitoramento da ocorrência das desovas, encalhes, prestar resgate, reabilitação e reintrodução das tartarugas marinhas, por meio do apoio ao Projeto Tamar, bem como avaliar os possíveis impactos durante a fase de instalação do empreendimento na Etapa 2 e mitigar esses potenciais impactos.

◆ METODOLOGIA

O Programa prevê o apoio, durante a fase de instalação do empreendimento, às ações de monitoramento sistemático das desovas e encalhes das tartarugas marinhas, prestar resgate, reabilitação e reintrodução destes animais, caso seja necessário nas praias adjacentes ao empreendimento, cujas iniciativas estão em andamento pelo Projeto Tamar, bem como monitorar a execução dos furos direcionais, o lançamento dos dutos e seus possíveis impactos às tartarugas marinhas.

A parceria firmada entre as instituições poderá potencializar as ações em andamento evitando assim a sobreposição de ações e como consequência uma otimização dos esforços em prol do monitoramento das tartarugas marinhas na costa espírito-santense.

Espera-se com isso, que os dados provenientes dessas pesquisas sejam tornados públicos aumentando sobremaneira os beneficiários das ações propostas.

Além disso, serão necessários cuidados adicionais e monitoramento da luminosidade (fotopoluição) em especial durante o período de eclosão dos filhotes das tartarugas marinhas em caso de desova principalmente de *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda).

◆ PÚBLICO-ALVO

O público-alvo é composto pelo órgão ambiental (IEMA), Projeto Tamar/ICMBio e pela comunidade da área de influência direta, bem como dos trabalhadores da LIQUIPORT.

◆ CRONOGRAMA FÍSICO

Propõe-se que o monitoramento ocorra durante a fase de instalação da Etapa 2 do TSM com foco no período de desovas em especial da tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*).

PROGRAMA	Programa de Monitoramento de Quelônios	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

O monitoramento das tartarugas marinhas deverá ser iniciada um mês antes do início do período de desovas e ser finalizado um mês após o fim desse período.

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Monitoramento de Cetáceos possui inter-relação com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.9 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Durante a fase de instalação da Etapa 1 do empreendimento será necessária a montagem das estruturas e equipamentos (monoboias e PLEMs) e lançamento dos dutos de interligação entre os PLEMs. Na fase de operação dessa Etapa as atividades a ocorrerem são operações de acoplamento e desacoplamento dos navios aos sistemas, operações de transferência de óleo e inspeção e manutenção do sistema. Já na instalação da Etapa 2 ocorrerá o lançamento do duto de interligação terrestre e durante a operação dessa etapa, armazenamento e operações de carga e descarga. Todas essas atividades irão causar impacto, potencial ou real, quais sejam, possibilidade de introdução de espécies exóticas, interferência na ictiofauna, variação da biodiversidade decorrente de bioincrustação e alternância de espécies e interferência na ictiofauna em caso de lançamento acidental de óleo no mar.

Essas alterações causadas pela instalação e operação do empreendimento são consideradas deletérias às comunidades íctias na área de influência e seu monitoramento está tanto relacionado com o aspecto funcional do ponto de vista ambiental, quanto relacionada ao aspecto socioeconômico da atividade pesqueira.

A proposta do monitoramento da ictiofauna foi baseada em dois fatores considerados de grande importância e estão intimamente relacionados às particularidades da região de influência do empreendimento. O primeiro diz respeito à escassez de conhecimento sobre as previsões dos possíveis efeitos e processos de recuperação da ictiofauna nos ambientes observados, que apresentam grande heterogeneidade, como estuários, plataforma continental interna arenosa, recifes de algas calcáreas e recifes de coral. Em seguida há o fator socioeconômico da região, já que comunidades no entorno do empreendimento são dependentes da pesca como fonte de renda.

♦ OBJETIVO

O presente programa terá como objetivos:

- Avaliar as alterações na comunidade ictiofaunística na Área de Influência face à instalação e operação do empreendimento. Incluindo a área identificada e estudada de fundo recifal.
- Avaliar os aspectos de recuperação das comunidades em uma escala temporal

♦ **METODOLOGIA**

O monitoramento da ictiofauna requererá um desenho amostral específico para que as questões levantadas sejam respondidas e os ambientes em questão englobados. Nesse sentido, é sugerido que as áreas amostradas sejam as mesmas do Diagnóstico Ambiental da Ictiofauna. No entanto, como ocorrerá alteração da morfologia de fundo com a instalação das estruturas marítimas, sugere-se também o monitoramento dessas áreas.

♦ **PÚBLICO-ALVO**

O órgão ambiental será o responsável de acompanhamento desse programa, e o empreendedor pela sua implementação, devendo ser envolvidos representantes das comunidades de pescadores para a obtenção do conhecimento tradicional, bem como divulgação dos resultados desse monitoramento, dada a relevância econômica que se apresenta para a região a atividade pesqueira.

♦ **CRONOGRAMA FÍSICO**

O cronograma a ser adotado deverá levar em consideração campanhas de campo semestrais durante a instalação das Etapas 1 e 2 e campanhas anuais para a operação do empreendimento.

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Ictiofauna	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ **INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS**

O Programa de Monitoramento da Ictiofauna possui inter-relação com o Programa de Monitoramento Marinho da Comunidade Bentônica e com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.10 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA CARCINOFAUNA

♦ **INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Este programa está relacionado ao impacto de aumento da pressão de caça e captura da fauna e com a possibilidade de carreamento de sedimentos para as áreas de mangue em função das atividades previstas na fase de instalação da Etapa 2 do TSM. Por meio do monitoramento torna-se possível o conhecimento da estrutura e do funcionamento do ecossistema monitorado, permitindo assim identificar as possíveis interferências provocadas pelas atividades realizadas e subsidiar a análise do comportamento da carcinofauna existente nos ecossistemas adjacentes.

◆ OBJETIVO

- Monitorar a riqueza de espécies da carcinofauna na área de influencia do empreendimento;
- Monitorar a densidade da população do Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) na área de influencia do empreendimento;
- Monitorar os aspectos biométricos e reprodutivos da população do Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) na área de influencia do empreendimento.

◆ METODOLOGIA

As amostragens da carcinofauna serão realizadas em parcelas com área de 25m², nas mesmas estações amostrais utilizadas na elaboração do Diagnóstico Ambiental do EIA, sendo contados o número de aberturas de galerias habitadas e o diâmetro das mesmas, assim como coletas aleatórias serão realizadas para identificação das espécies que ocorrem na área de estudo. Os dados de diâmetro de galeria serão transformados em comprimento de caranguejo com base no modelo linear determinado por SCHMIDT (2006). A partir dos organismos coletados serão aferidas medidas de comprimento e peso de *U. cordatus*, assim como sexo e presença de ovas.

◆ PÚBLICO-ALVO

O público alvo será: Órgãos ambientais, empreendedor, força de trabalho e sociedade em geral.

◆ CRONOGRAMA FÍSICO

Propõe-se a execução do programa na fase de instalação da Etapa 2 com periodicidade semestral.

PROGRAMA	Programa de Monitoramento da Carcinofauna	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

◆ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Monitoramento da Carcinofauna possui inter-relação com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.11 PROGRAMA DE AFUGENTAMENTO E RESGATE DE FAUNA

♦ INTRODUÇÃO

Em função da supressão da vegetação da ADA do TSM, faz-se necessário o acompanhamento/afugentamento e resgate da fauna para minimizar os impactos causados sobre as comunidades terrestres.

A perda de habitats e a fuga de animais são impactos considerados, portanto, ações de acompanhamento, resgate e realocação da fauna terrestre são importantes para espécies de pequeno porte, assim como para ovos e filhotes de aves. Além disso, este trabalho permite o registro de diversos exemplares de difícil visualização, tornando possível o envio destes para instituições de pesquisa, ação recomendada em certos casos para aumento do conhecimento sobre as comunidades faunísticas locais. O Programa é fundamental para a própria segurança dos trabalhadores, uma vez que são comuns encontros com animais peçonhentos, como serpentes, abelhas e marimbondos.

♦ OBJETIVO

O programa tem por objetivo minimizar os impactos sobre os animais decorrentes da supressão de vegetação da ADA que ocorrerá com a atividade de terraplanagem do terreno. afugentar e/ou resgatar os animais da ADA para as áreas próximas onde não ocorreram intervenções programa tem como objetivo a proposição do acompanhamento técnico das atividades de supressão da vegetação e a execução de eventuais ações de salvamento, triagem e destinação da fauna capturada.

♦ METODOLOGIA

O programa requer cuidado especial com espécies com animais que se estressam muito (como roedores), com ovos e filhotes de aves (diminuir a mortalidade e evitar o *imprinting*), e, devido a isso, deve ser executado por equipe mista de biólogos, veterinários e auxiliares técnicos.

As atividades deverão ser acompanhadas em campo por, no mínimo, um biólogo e auxiliares treinados. Um veterinário com experiência em fauna silvestre deverá ser contemplado. Este permanecerá em um centro de triagem a ser instalado. O centro de triagem conterá equipamentos básicos e recintos preparados para recebimento de animais.

Para a maximização do sucesso do afugentamento/resgate deverão ser utilizados aparelhos para captura, como laços, ganchos e puçás. Todo animal capturado deverá ser colocado em caixas específicas para animais. É importante ressaltar que não se agrupam espécimes no mesmo local.

Após a coleta, os animais serão encaminhados para o centro de triagem, onde será feita sua identificação, será efetuada a sexagem e tomada de dados biométricos. Em seguida, serão acondicionados para posterior envio às áreas de soltura ou instituições solicitantes.

O afugentamento e resgate devem ser contínuos, sem interrupções devendo-se iniciar junto à supressão da vegetação. Os critérios básicos a serem adotados quanto ao destino do material capturado são: Parte dos animais peçonhentos deverá ser encaminhada a coleções científicas e parte poderá ser enviada a instituições produtoras de soros, conforme solicitação; Espécies ameaçadas de extinção deverão ser soltas na área de entorno, salvo exceções; A maioria dos animais será translocada, principalmente ovos e filhotes de aves, conforme outros estudos.

O resgate de fauna deverá ser executado de acordo com o seguinte planejamento e as seguintes atividades, cronologicamente itemizados:

- Reconhecimento da região pela equipe técnica.
- Identificação de áreas propícias (AID e área de entorno) para instalação do Centro de Triagem (avaliado de acordo com a facilidade da logística).
- Identificação de áreas propícias (AID e área de entorno) para soltura dos animais resgatados.
- Os ambientes escolhidos para a soltura dos indivíduos devem apresentar características similares aos locais onde foram resgatados.
- Os indivíduos soltos (aves e mamíferos) deverão ser individualizados de acordo com as técnicas utilizadas para cada grupo (brincos e anilhas).

♦ PÚBLICO-ALVO

Órgãos ambientais, empreendedor e sociedade em geral.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

Propõe-se a execução do programa na fase de instalação da Etapa 2 com periodicidade semestral.

PROGRAMA	Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Resgate da Fauna Terrestre possui inter-relação com o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores e Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.12 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA TERRESTRE

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A identificação das espécies e suas populações nas áreas de influência previamente à implantação do empreendimento, combinada com o monitoramento dos possíveis impactos da implantação da etapa 2 fornecerão dados para avaliação da aplicação das medidas de mitigação e para planejamento e aplicação de medidas de controle, importantes para a gestão e conservação da biodiversidade nos remanescentes do entorno do empreendimento.

♦ OBJETIVO

Caracterizar e monitorar a ocorrência e dinâmica das espécies da fauna continental (mastofauna, herpetofauna e avifauna) nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento. Além de monitorar os impactos não previstos sobre as comunidades locais decorrentes da implantação do empreendimento (Etapa 2). E ainda, subsidiar a proposição de medidas corretivas, caso ocorram situações imprevistas.

♦ METODOLOGIA

Para realização deste estudo, deverão ser consultadas e utilizadas as regulamentações específicas para a fauna continental (Listas de espécies ameaçadas de extinção: Nacional e Estadual. Os transectos, as buscas e a colocação de armadilhas (Tomahawk, Sherman, interceptação e queda, e armadilhas fotográficas) deverão ser realizados em diferentes pontos nas áreas de influência do empreendimento, em especial nos remanescentes de vegetação que não serão suprimidos. As campanhas para mastofauna terrestre e voadora, anfíbiofauna e herpetofauna deverão ser desenvolvidas em épocas coincidentes visando à integração dos resultados da fauna local como um todo e fazendo parte de um documento único. Entretanto, dada a possibilidade de interferências nos dados quando há presença de muitas equipes em campo ao mesmo tempo, recomenda-se que as equipes se revezem entre pontos amostrais a fim de evitar maiores perturbações no ambiente.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

Propõe-se a realização de campanhas semestrais durante a implantação da Etapa 2 do TSM, considerando os períodos de seca e chuva em cada ano.

PROGRAMA	Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre possui inter-relação com o Programa de Resgate da Fauna Terrestre, o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores e Programa de Gestão Ambiental (PGA).

9.13 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

9.13.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Programa de Comunicação Social – PCOM integra o conjunto de Programas Socioambientais propostos pelas medidas mitigadoras e justifica-se pela necessidade de implementação de um sistema de comunicação capaz de intermediar todas as partes interessadas e envolvidas no processo e, sobretudo, pela necessidade de esclarecer às comunidades da Área de Influência (AI) sobre os aspectos das obras.

O programa cumpre, portanto, dupla função:

- Informativa e comunicativa, quando trabalha aspectos e eventos do empreendimento - facilita a articulação entre o empreendimento e a sociedade que o recebe;
- Educativa, quando insere, trabalha e debate temas de interesse da sociedade e da cidadania, bem como referentes à melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, da população local e regional.

Vale observar que o Programa está em conformidade com a Instrução Normativa Nº 03/2009 do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).

A ênfase do PCOM deve ser dada às comunidades litorâneas de Barra Nova Sul e Norte, Campo Grande de Barra Nova e Guriri, e também a zona urbana denominada Sede. A área foi delimitada em função dos impactos diretos sobre a vida da população, considerando que a instalação e a operação do Terminal gerarão impactos diretos nas localidades circunvizinhas; o que não significa ausência de algumas ações do Programa em todo o território de São Mateus, como a veiculação de informações em mídia. Isto porque os centros urbanos tendem a receber demanda de serviço devido à presença de trabalhadores e demais visitantes das obras/empreendimento, além de sobrecarga na infraestrutura de serviços públicos existentes.

Também foram inseridas no PCOM as comunidades de pesca que atuam na região, bem como as rotas de navegação realizadas pelos equipamentos que trabalharão na obra do Terminal São Mateus (TSM). Nesse caso, as comunidades pesqueiras incluídas: Barra do Riacho (Aracruz); Barra Seca (Linhares); Guriri e Barra Nova Norte/Sul (São Mateus); e Sede de Conceição da Barra.

9.13.2 OBJETIVO

A execução deste Programa de Comunicação Social objetiva estabelecer relações entre a LiquiPort e a sociedade, informar de modo claro e preciso sobre as ações de comunicação,

esclarecer questões relacionadas à implantação e operação, sobre as intervenções que ocorrerão para a implantação do novo projeto, bem como informar os impactos e medidas socioambientais mitigadoras a partir das seguintes estratégias:

- Consolidar canais de comunicação e criar meios apropriados e em linguagem adequada para que a comunidade acesse informações de maneira clara e precisa, mantendo uma relação de diálogo entre o empreendedor e a população.
- Informar o público-alvo as ações desenvolvidas em cada um das fases da obra, suas características e interferências no cotidiano da população residente no litoral do município de São Mateus, de acordo com a delimitação do público-alvo.
- Divulgar informações relacionadas ao empreendimento e demais esclarecimentos por meio das formas tradicionais de comunicação social e adequadas aos públicos (por exemplo, boletins, cartazes, jornais e faixas).
- Produzir material de esclarecimento sobre o empreendimento e os cuidados (convivência segura) a serem adotados durante as obras de implantação na ETAPA 2;
- Divulgar diretrizes de relacionamento e ações de Responsabilidade Social, enfatizando os cuidados com a preservação do meio ambiente, além da importância da convivência social;
- Disponibilizar contato direto com o empreendedor por meio dos canais já existentes, bem como pela disponibilização de uma Central de Relacionamento (número para contato) e via e-mail (correio eletrônico), e apoiar a execução e criação de outros possíveis canais.

A formatação de um canal de comunicação contínuo (ilustrado pela Central de Relacionamento) busca um relacionamento positivo entre a LiquiPort e os demais envolvidos com o projeto do Terminal, por meio do diálogo entre as partes interessadas, de forma a:

- Estabelecer um relacionamento entre a LiquiPort e a comunidade que contribua na sustentação do projeto e assegurar sua condução na base do diálogo;
- Esclarecer o público a respeito do empreendimento, seu processo de licenciamento e atividades realizadas pela LiquiPort e demais empresas envolvidas (a exemplo das subcontratadas);
- Detectar previamente incômodos e interferências na rotina das comunidades;
- Implantar um canal oficial de comunicação, de modo a informar adequadamente as comunidades, bem como delas obterem respostas aos seus questionamentos, opiniões, expectativas, sugestões, preocupações, demandas e anseios;
- Prevenir hipóteses de conflito através do levantamento das dificuldades nas relações entre a Liquiport e os grupos sociais envolvidos;

- Difundir informações, rotinas, procedimentos e orientar as comunidades sobre o acesso aos serviços ou benefícios resultantes dos Programas Socioambientais.

♦ ETAPAS DO MONITORAMENTO DO CANAL DE RELACIONAMENTO

Para o acompanhamento do serviço realizado pelo Canal de Relacionamento com as Comunidades será desenvolvido um sistema de monitoramento composto das seguintes etapas:

- Atendimento das chamadas efetuadas pelo público;
- Solicitação de respostas pela LiquiPort;
- Encaminhamento ao setor competente;
- Formalização e recebimento de respostas;
- Encaminhamento das respostas ao solicitante;
- Elaboração e emissão de relatórios;
- As ligações registradas como “Reclamações” serão encaminhadas para a equipe da LiquiPort e monitoradas pela Central de Relacionamento para envio de resolutiva no prazo de 72 horas;
- O nível de satisfação será registrado quando acontecer uma reclamação.

9.13.3 METAS E INDICADORES

- METAS

- 100% do município de São Mateus atendido por meio das ações estabelecidas durante a fase de implantação do Terminal São Mateus (TSM) da LiquiPort.

- INDICADORES

Para o processo de gerenciamento do PCOM, será enviado trimestralmente para a equipe gestora do Programa, até o quinto dia útil de cada mês, um relatório com informações, fotos e demais evidências das iniciativas tomadas durante os trabalhos. O relatório deverá conter os seguintes indicadores:

- Frequência demandada aos canais de comunicação existentes.
- Percentual relativo às respostas dadas por meio dos canais de comunicação existentes.
- Número médio de dias (tempo de resposta) para o devido atendimento das manifestações e incidentes direcionados à equipe de Relacionamento com Comunidades, registrados pelos canais existentes.

9.13.4 METODOLOGIA

As ações serão subsidiadas a partir de recursos e estratégias de comunicação comumente realizadas em trabalhos da mesma natureza, de modo a divulgar as soluções a serem adotadas para atender à diversidade de expectativas e demandas dos distintos públicos. A concepção deste baseia-se em três níveis de abordagem, a saber:

- **Informativo/comunicacional:** centrado na contínua prestação de esclarecimentos à população (localidades e comunidades) sobre as ações que envolvem o empreendimento.
- **Educativo:** voltado para a otimização da convivência social entre populações residentes nas comunidades próximas ao TSM e trabalhadores.
- **Institucional:** referente à construção de formas de integração institucional que possibilitem a gestão socioambiental do empreendimento e a consolidação de canais de diálogo entre a LiquiPort e a sociedade. Neste último nível deverá se intensificar e potencializar as iniciativas de relacionamento e diálogo já adotadas e as ações de investimento direto.

Para a consolidação e manutenção dos canais de comunicação, a equipe designada para o trabalho de apoio à Comunicação Social será responsável pelas atividades de acompanhamento das ações, de acordo com as seguintes etapas direcionadas para o público interno e externo:

9.13.4.1 Ações Integradas Do Pcom

9.13.4.1.1 Ações de Comunicação Institucional

- **A Central de Relacionamento (Canal de Relacionamento Direto):** Por meio do número telefônico ou e-mail (correio eletrônico) de contato (ou outro canal de comunicação disponível), será possível responder às ligações e registrar o seu conteúdo, assim como os problemas e as dúvidas mais frequentes dos interessados. Trata-se, portanto, de um canal direto diário de informações preparado para atender reclamações, sugestões e resposta às dúvidas.
- **“Reuniões de Diálogo”:** a equipe responsável pelo PCOM realizará periodicamente ações de relacionamento com a população, estando próxima à realidade da comunidade para ouvir dúvidas, preocupações e expectativas, e fornecer informações sobre o empreendimento.

9.13.4.1.2 Ações de Comunicação para os Trabalhadores e as Comunidades da AI

◆ PRIMEIRA ETAPA

- **Planejamento:** Descrição do histórico das ações; os valores defendidos pelos gestores da LiquiPort; metas a serem atingidas; a importância do TSM; a relação da equipe de execução do PCOM para e com o público-alvo.

- **Identificação do público-alvo:** Quais são e como vivem as comunidades, mapeamento das principais lideranças comunitárias e religiosas; identificação das formas de comunicação presentes na comunidade; formação identitária; história oral; faixa etária; nível de ocupação e instrução; mapeamento dos principais grupos culturais e movimentos sociais; anseios e necessidades de cada grupo social identificado, etc. Vale ressaltar que o diagnóstico socioeconômico realizado para o EIA/RIMA reporta a muitas dessas variáveis, cabendo à equipe eleger aquelas de maior relevância para a execução das atividades do PCOM.
- **Objetivos da Comunicação:** Quais informações deverão ser apresentadas à comunidade acerca das ações; metas para transmitir tais informações; quais suportes devem ser utilizados na transmissão (exemplos: *e-mail*, pôster, *outdoors*, folhetins, jornais, reuniões com a comunidade); períodos de veiculação das notícias, etc.
- **Fontes disponíveis:** estratégias de mobilização das comunidades e da opinião pública frente às ações diante das contrapartidas das partes interessadas envolvidas nas ações do PCOM.

♦ SEGUNDA ETAPA

- Visitas técnicas a possíveis parceiros das instituições privadas e às redes de atendimento público (e instituições), no âmbito do município de São Mateus.
- Distribuição de material institucional (cartilhas, folhetos, vídeos institucionais) durante reuniões com lideranças e durante visitas técnicas.
- Utilização dos espaços comunitários para intervenções na AI (apresentações, reuniões, comemorações). Neste sentido, a LiquiPort poderá promover palestras em segurança da navegação, envolvendo a Capitania dos Portos de Vitória e que tenha como conteúdo o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM) e as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), especificamente a NORMAN 03, 04 e 17. Ainda nesta linha, serão contemplados outros temas, voltados para a educação ambiental, visto que o público-alvo pratica, também, atividades de lazer no local.
- Produção e gerenciamento de conteúdo para as mídias comunitárias existentes (rádios comunitárias, informativos locais).
- Registros fotográficos e videográficos do cotidiano dos programas ambientais.
- Estímulo à produção de produtos durante as “Reuniões de Diálogo” – um espaço que pode ser concebido para a interação entre a LiquiPort e a sociedade com o intuito de apresentar os resultados das condicionantes ambientais e o processo de implantação do TSM.

Apenso aos relatórios será incluído como padrão de análise e divulgação dos produtos: dados, pesquisas socioambientais, gráficos, mapas de desenvolvimento, informações de organizações Públicas, ONGs e do Terceiro Setor; contatos de parceiros e demais

informações úteis à estratégia de ação. O objetivo será colecionar séries históricas de informações tanto na fase de implantação das estruturas marítimas quanto na fase de instalação da estrutura terrestre e operação.

As entregas dos relatórios ao Cliente e ao IEMA constituir-se-ão de (03) três conjuntos, sendo que cada conjunto constará de:

- Cópia impressa, frente e verso, e assinada pelos responsáveis técnicos na via original, em folhas de tamanho A4 (210 x297 mm) encadernadas da forma mais adequada.
- Cópia digital (CD-ROM) em formato PDF.
- Cópia (CD-ROM) em formato digital editável (formato PDF desbloqueado para edição, além dos arquivos de dados brutos e dos arquivos de mapas).
- Sempre que houver dados brutos, estes também serão apresentados (apenas em via digital – no formato *shapefile*, XLS, DOC ou TXT).
- Os mapas serão apresentados também em formato *shapefile* para arquivos vetoriais e em formato *geotiff* para arquivos matriciais, conforme diretrizes do IEMA, de forma a serem incorporados às bases de dados digitais dos órgãos licenciadores e de conservação da biodiversidade.

9.13.5 PÚBLICO-ALVO

◆ PÚBLICO INTERNO

- Força de trabalho: colaboradores e subcontratadas (empreiteiras e especialmente o contingente de colaboradores para a fase de implantação da ETAPA 2).

◆ PÚBLICO EXTERNO

- Comunidades e grupos sociais das comunidades litorâneas de Barra Nova Sul e Norte, Campo Grande de Barra Nova e Guriri, e também a zona urbana denominada Sede.
- Instituições Públicas: Secretarias e Subsecretarias do município de São Mateus.
- Imprensa.

9.13.6 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Além deste PCOM, vale ressaltar que a equipe tem a intenção de colaborar para a execução dos programas inter-relacionados, como o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores e Comunidades, a fim de contribuir para que os colaboradores e contratados para a implantação do Terminal conheçam e compartilhem os valores e

diretrizes estabelecidas pela LiquiPort, para que o projeto seja socioambientalmente responsável e cumpridor de seus compromissos com todas as partes interessadas.

9.13.7 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

- Lei nº. 6.938 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente;
- Norma ISO 14.063, que trata da Comunicação Ambiental.

9.13.8 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste PCOM deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM em ambas as fase da ETAPA 1 (Estação de Transbordo) tabela 9.13.8-1 e ETAPA 2 (Parque de Tancagem) tabela 9.13.8-2.

Tabela 9.13.8-1: Cronograma Físico do Programa de Comunicação Social para a ETAPA 1

AÇÕES	PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL														
	ANO 1: ETAPA 1 (Monoboias)									ANO 2: ETAPA 1 (Monoboias)					
	1º e 2º Trimestres						3º e 4º Trimestres			5º e 6º Trimestres					
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Consolidação dos Canais de Comunicação (etapa atendida, mas passível de atualização)															
Planejamento Inicial das Atividades															
Apoio à execução da "Rede de Diálogo" (acompanhamento)															
Levantamento de parcerias com as Assessorias de Comunicação (instituições públicas e privadas)															
Produção periódica de releases e relatórios para essas assessorias															
Utilização dos espaços comunitários através de intervenções (apresentações, reuniões, comemorações, etc)															
Elaboração de material de divulgação (apoio a co-produção e acompanhamento)															
Co-produção das Informações apresentadas a comunidade acerca dos Projetos; estratégias para transmitir tais informações; planejamento/ suporte a ser utilizado na transmissão (exemplos: e-mail, folhetins, jornal, reuniões com a comunidade); períodos de veiculação das notícias															
Relatórios Trimestrais (IEMA)															

Tabela 9.13.8-2: Cronograma Físico do programa de comunicação social para a ETAPA 2

AÇÕES	PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL											
	ANO 3: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)						ANO 4: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)					
	1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres		
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Divulgação de informações relevantes (apoio às estratégias de ação)												
Divulgação das ações junto às principais lideranças e aparelhos públicos (escolas, postos de saúde, espaços culturais e recreativos, etc)												
Distribuição de material institucional (cartilhas, folhetos, vídeos institucionais) durante reuniões com lideranças e durante visitas técnicas												
Desenvolvimento de Canais de Divulgação (acompanhamento e aperfeiçoamento)												
Execução das ações de intervenção na AI; criação de metas para construção e articulação de redes e grupos sociais												
Produção e gerenciamento de conteúdo para as mídias comunitárias existentes (rádios comunitárias, informativos locais)												
Relatórios Semestrais (IEMA)												

9.13.9 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação se faz necessário atender aos indicadores descritos nos objetivos e metas de monitoramento de desempenho para a avaliação.

◆ **AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (APOIO A TODOS OS PROGRAMAS)**

- Sites (Canal de Relacionamento Direto):
 - Total de acessos mensais aos sites.
- Canal de Relacionamento:
 - Total de chamadas registradas e descrição dos principais motivos/demandas relacionadas.
- “Reuniões de Diálogo”: quando ocorrer.

◆ **AÇÕES DE COMUNICAÇÃO (PÚBLICO EXTERNO)**

- Palestras sobre temas transversais relacionados à sustentabilidade e eco eficiência.

Total de eventos realizados correlacionando público-alvo atingido e total de participantes.

- Ações de Comunicação – Apoio ao Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (Público Interno próprio e contratado).
- Campanhas comemorativas realizadas com palestras e diálogos.

Total de atividades realizadas correlacionando as temáticas e o perfil do público-alvo.

- Produtos:

Indicação dos produtos (mapeamentos, relatórios, cartazes, entre outros) a serem produzidos durante ou ao final da implantação do PCOM, lembrando que a equipe de trabalho produzirá materiais de divulgação e fornecerá apoio à mobilização para as atividades e ações realizadas no contexto dos demais Programas Socioambientais.

- Inter-relação com outros Programas e Projetos:

Quando houver inter-relação, outros programas inter-relacionados devem ser mencionados neste item, assim como de que forma essa inter-relação ocorrerá durante a implantação do PCOM e *Canal Comunicação*.

- Atendimento a requisitos legais e normativos:

O PCOM deverá considerar os requisitos legais, bem como resoluções, normas e diretrizes aplicáveis pela legislação.

9.13.10 RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PCOM

A responsabilidade pela implementação caberá a LiquiPort, tendo a Equipe Técnica proposta a função de oferecer todo o apoio técnico necessário à execução das atividades relacionadas, bem como se responsabilizar por elas.

9.13.11 RECURSOS ESTIMADOS

A execução será realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas. Sugere-se o apoio técnico de:

- 01 (um) Coordenador com formação superior na área de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo ou relações públicas, com experiência em coordenação de programas e projetos de comunicação socioambiental e comunidades, no contexto dos processos de licenciamento.
- 01 (um) profissional com formação em Comunicação Social, com experiência de campo em projetos socioambientais e de engajamento e mobilização social.

9.14 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES DO ENTORNO

9.14.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal ao estabelecer a “promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública”, reafirmou os princípios fundamentais das Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre a Educação Ambiental, patrocinada pelo UNESCO e PNUMA em 1977.

Para tanto, este Programa foi elaborado com base na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei 9.795/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.231/02 e influenciada por inúmeros documentos e leis produzidos desde Estocolmo em 1972, com destaque para a Declaração de Brasília, resultado da Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental, em 1997, e a Lei 9.394, de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Como também o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Política Estadual de Educação Ambiental.

Vale ressaltar que o Programa de Educação Ambiental nas Comunidades está em conformidade com a Instrução Normativa Nº 03/2009, que prevê dois contextos formativos para o trabalho de Educação Ambiental: Escolar e Não escolar, conduzindo para o desenvolvimento de ações nas comunidades da área de influência.

9.14.2 OBJETIVO

◆ OBJETIVO GERAL

O Programa de Educação Ambiental (PEA) tem por objetivo promover a conscientização dos grupos sociais afetados nas comunidades litorâneas da AI: Barra Nova Sul e Norte, Campo Grande de Barra Nova e Guriri; visando a mitigação e/ou compensação dos impactos de implementação do Terminal São Mateus, a partir da execução de um processo participativo contínuo e permanente na área de influência.

◆ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de tornar o Programa um elo que integra as Linhas de Ação que o constitui, foram propostos objetivos específicos transversais em busca de uma atuação efetiva:

- Contribuir com ações orientadas à intervenção social, no âmbito da comunidade, por meio de processos de educação não-formal, de sensibilização e comunicação a partir da realização de palestras, oficinas e trocas de experiências que promovam práticas de gestão socioambiental;
- Implantar estratégias de relação de parceria, convivência e co-responsabilidade com as escolas para a concretização das ações propostas enquanto Linhas de Ação à execução do PEA, uma vez que estas são instituições representativas, e se envolvidas, conduzem à legitimidade e apoio para a realização das ações.

9.14.3 METODOLOGIA

Para efeito didático, dever-se-á tomar como referência os princípios (bases e diretrizes) dos processos de participação comunitária (MOURA *et al.*, 2006), que foram aqui adaptados ao que se pretende:

- Clareza e transparência nas conduções e eleição dos grupos interessados à participação;
- Participação elevada à noção de envolvimento e interesse ao aprendizado;
- Distanciamento da equipe da realidade ora inserida a fim de evitar desvio do objetivo geral;
- Equilíbrio entre a estrutura das Linhas de Ação e os processos a serem executados;
- Condução das Linhas de Ação de acordo com as demandas pertinentes da localidade.

◆ ANÁLISE DE ENVOLVIMENTO

A análise de envolvimento das comunidades tem por objetivo identificar e elencar a teia de relações diretas com o empreendimento, identificando grupos proativos nas

comunidades locais e de interesse direto, organizações não governamentais e governamentais que atuam na área da educação e da gestão do território, e as inserções que o PEA pode realizar nos demais núcleos do município de São Mateus. O produto desta análise será uma matriz informando sobre os atores interessados e suas representações sociais¹ relacionadas com as responsabilidades humanas e o desenvolvimento sustentável ou alternativo, que apontará os segmentos que atuam nas áreas (entidades de classe, empresas privadas, organizações da sociedade civil, religiosas, órgãos dos poderes públicos, entre outros), bem como o foco de interesse dos mesmos.

9.14.3.1 Metas

Em face das linhas de ação do Programa, em um primeiro momento, previsto para a fase de instalação da ETAPA 2, a dificuldade de mensurar as metas de alcance da educação ambiental não-formal, a curto e médio prazo, faz com que se adote múltiplas metas de aferição de resultados, produzidos pela inter-relação das Linhas de Ação que serão propostas no subitem seguinte. Vale ressaltar que o componente subjetivo deve ser aqui incorporado, pois está relacionado à percepção socioambiental de quem vivencia a realidade que se quer avaliar, seja por aspectos socioculturais, econômicos, ambientais (Tabela 9.14-1).

Tabela 9.14-1: As múltiplas metas do Programa de Educação Ambiental

Meta 1	Meta 2	Meta 3	Meta 4	Meta 5
Receptor/ Difusor/ Informador	Monitorar	Socializar	Pesquisar/ Investigar	Agir/ Integrar
Notícias	Rede	Simulações	Projetos de parceria	Eventos
Fatos	Relatórios	Cenários	Relatórios sociais	Ações
Indicadores/ Estatísticas	Reclamações	Relatos de Experiências	Programas de interface	Avaliações
Comunicações	Denúncias	Casos	Políticas de apoio	Diagnósticos
Eventos	Resultados das ações	Incidentes	Notícias/ releases	Tomadas de decisões
Legislação	Ocorrências	Ideias	Demandas	Planejamento

As atividades estão divididas na Linhas de Ação adotada para fins didáticos, com abordagens, material didático e público-alvo definido. As ações são entendidas como subprogramas complementares e interligadas durante o processo de execução do PEA.

¹ Representações sociais são ideias, conceitos atitudes coletivas elaboradas de acordo com os valores sociais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos, religiosos dos grupos humanos e se constituem pelas maneiras de pensar, agir, sentir, fazer e consumir socialmente estabelecidas. Uma vez formadas, estas representações possuem a capacidade de agregar indivíduos e possibilitar a convivência social. Podem também gerar conflitos entre grupos (ou indivíduos) quando estes possuem diferentes representações sociais sobre determinado tema ou costume. (REIGOTA, 2001, p. 42)

9.14.3.1 Linha de Ação: “Ação Social TSM”

A Ação Social TSM consiste em um conjunto de serviços que será oferecido para as comunidades litorâneas de Barra Nova Sul e Norte, Campo Grande de Barra Nova e Guriri, para orientações sobre saúde, palestras de cunho socioambiental, lazer, entre outros serviços considerados essenciais para o fortalecimento da cidadania.

Contudo, esta ação requer a consolidação de parcerias com entidades públicas (municipais e federais), organizações e instituições, além da contratação de mão de obra especializada, tais como; grupo de teatro, educadores ambientais, comunicadores sociais, entre outros. Ressalta-se que é de suma importância, o envolvimento dos colaboradores da Liquiport, pois assim assegura-se o envolvimento deste público nas ações de cidadania e envolvimento com as comunidades diretamente afetadas pelo Terminal, dando condições para a avaliação.

♦ ETAPAS DA “AÇÃO SOCIAL TSM”

- **Consolidação das parcerias:** etapa em que haverá o refinamento de informações, a serem trocadas entre as partes envolvidas, necessárias para a efetivação da Ação.
- **Viabilização de infraestrutura física:** refere-se aos equipamentos necessários para a realização da Ação.
- **Viabilização de infraestrutura material:** refere-se ao material de apoio a tarefas:
- **Comunicação Social:** etapa para divulgação deste subprograma para o público-alvo sobre a realização da Ação proposta, convidando para a participação no evento.

♦ OBJETIVO DA “AÇÃO SOCIAL TSM”

Fortalecer o relacionamento entre a Liquiport e as comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento.

Assim como:

- Apoiar a sustentabilidade do meio ambiente.
- Incentivar a prática do voluntariado pelos colaboradores da Liquiport.
- Promover a integração de pessoas da comunidade visando à sustentabilidade das ações.
- Promover o fortalecimento das ações desenvolvidas na comunidade, favorecendo sua independência e alcance de resultados.

♦ PÚBLICO-ALVO

Comunidades litorâneas da AI: Barra Nova Sul e Norte, Campo Grande de Barra Nova e Guriri.

♦ DESCRIÇÃO EXECUTIVA DA “AÇÃO SOCIAL TSM”

A ação irá ocorrer no território do TSM, sendo que é proposto um 01 (um) evento, com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas envolvidas consideradas público-alvo do PEA. A data a ser realizada dependerá dos acordos firmados entre a Liquiport e os parceiros do evento.

♦ SERVIÇOS A SEREM OFERECIDOS

- PALESTRAS/ AÇÕES EM MEIO AMBIENTE

- **Educação no Trânsito/DETRAN:** este órgão, no estado do ES, disponibiliza este serviço para a sociedade. Neste caso, é necessário agendar com antecedência junto a esta instituição pelo site, a fim de que a instituição esteja presente em stand no evento.
- **Valorização do Meio Ambiente:** Teatro de Bonecos para Ações Educativas da Guarda Municipal. Neste caso, é necessário agendar esta atividade com a devida antecedência, e caso não haja a disponibilidade deste grupo, o empreendedor lançará mão de outro que esteja disponível, arcando com as despesas.
- **Projeto de Educação Ambiental/TAMAR:** o Projeto TAMAR disponibiliza palestras com o foco em tartarugas marinhas. Neste caso, a instituição tem como objetivo trabalhar com educação e apoio junto às comunidades, mediante a sensibilização do público sobre os cuidados a serem tomados para preservação desta espécie. Assim, acessando o site <www.projetotamar.org.br>. Lembrando que este agendamento deverá ser feito com 60 dias de antecedência e caso necessário, os custos com logística ficarão a cargo do empreendedor.
- **Tenda da Cidadania Ambiental:** A intenção desta tenda é a de trabalhar alguns princípios dos jogos cooperativos e solidários, ao invés de reforçar a competitividade. Além disso, o pensamento é para a formação cidadã, já que a proposta do evento traz essa linha de pensamento. Sendo assim, aqueles que estiveram no stand, serão presenteados com *botons* cujo tema ambiental é abordado tanto na imagem quando nas frases e ainda participarão de atividades lúdicas educativas, tais como: jogo da memória “criança cidadã”, jogo da cooperação, jogo de tabuleiro - trilha da cidadania, jogos de corporeidade. Esta é a proposta inicial, podendo ser ajustada no decorrer da efetivação do evento. Esta tenda será de responsabilidade do empreendedor.

9.14.4 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste PEA deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM na ETAPA 2 (Parque de Tancagem) tabela 9.14.4-1.

Tabela 9.14.4-1: Cronograma Físico do Programa de Educação Ambiental para a ETAPA 2

AÇÕES	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES																	
	ANO 3: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)									ANO 4: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)								
	1º e 2º Trimestres						1º e 2º Trimestres						1º e 2º Trimestres					
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Planejamento																		
Linha de Ação: "Ação Social TSM"																		
Análise de Dados e Avaliação do PEA																		
Relatórios Semestrais (IEMA)																		

9.14.5 INDICADORES

Os indicadores quali-quantitativos estão simplificados na Linha de Ação do PEA. Mas, a constituição das ações integradas permite a avaliação e monitoramento por meio de indicadores, bem como a identificação de campos para *pesquisa-ação crítico-colaborativa*, além de compor um sistema sensível às mudanças, quando essas são relacionadas a:

- Participação potencial do público-alvo envolvido.
- Demanda endógena de transformação do público-alvo envolvido.

Com isso, a condição fundamental para avaliar e decidir reconduções ou não das ações – cujos valores serão decididos com o restante dos indicadores existentes dos diferentes níveis das atividades, permite priorizar os seguintes indicadores (Tabela 9.14.2.7-2):

Tabela 9.14.2.7-2: Indicadores socioambientais de desempenho

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Integração local	▪ Percentual de participação nos mais variados tipos de encontros. ▪ Número de ações realizadas pelo Programa e resultados relacionados. ▪ Número de órgãos, lideranças e formadores de opinião contatados.
Integração municipal	▪ Percentual de participação das comunidades nos eventos realizados. ▪ Número de atores sociais locais relacionados em cada uma das ações.
Integração com a Liquiport	▪ Percentual de participantes nos cursos, palestras, oficinas programadas. ▪ Número de produções audiovisuais e de material de divulgação das atividades relacionadas no ambiente de integração com a Liquiport.

9.14.6 EQUIPE TÉCNICA

A execução será realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas. Sugere-se o apoio técnico de:

- 01 (um) Coordenador com formação superior na área de Pedagogia, com especialização em Educação Ambiental, com habilitação em jornalismo ou relações públicas, com experiência em coordenação de programas e projetos de comunicação socioambiental e comunidades, no contexto dos processos de licenciamento.
- 01 (um) profissional com experiência em Educação Ambiental, e experiência em trabalhos de campo em projetos de licenciamento ambiental e de engajamento e mobilização social.

9.15 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL PARA OS TRABALHADORES

9.15.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Programa de Educação Social e Ambiental para os Trabalhadores – PESAT, objeto deste Estudo de Impacto Ambiental, integra o conjunto de medidas ambientais que compõem o Programa de Gestão Ambiental e se justifica como medida mitigadora relacionada aos impactos socioambientais, visando à melhoria do processo de

consolidação do Terminal São Mateus – TSM na região de influência ao fomentar novas formas de percepção dos trabalhadores sobre o meio.

Integrará o PESAT, de modo a consolidar as ações da LiquiPort no município de São Mateus, o Programa Corporativo de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-juvenil que se estrutura em torno de dois objetivos operativos: desenvolver ações na dimensão interna; e promover o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. No âmbito da gestão, a iniciativa busca estruturar uma metodologia replicável de promoção dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes no contexto de grandes obras e incluir tal dimensão no escopo do negócio das obras da Odebrecht Engenharia e Construção.

O Programa Corporativo de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-juvenil integra as ações de Investimento Direto da Odebrecht Engenharia e Construção (OE&C). Uma fundamental mobilização pela promoção dos Direitos Humanos: a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, já assumida por mais de 150 empresas brasileiras, com a participação de grandes corporações de diferentes segmentos.

Trata-se de um convite e uma proposta de parceria colocada às empresas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), da Presidência da República, e pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, por meio da organização não governamental Associação Brasileira Terra dos Homens – parceira na execução deste Programa.

Para operacionalizar essa adesão, a empresa investirá na construção do **Programa Infância de Direitos**, especialmente dedicado à temática da exploração sexual, cuja proposta é apresentada neste projeto.

O Programa se organiza em torno do objetivo principal de viabilizar ações eficazes, no contexto das obras da Odebrecht Engenharia e Construção (OE&C), de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil. Para isso, propõe ações em duas frentes:

- Na **dimensão interna**, que se baseia na sensibilização, formação e capacitação dos Integrantes e de seus familiares;
- Na **dimensão externa**, tem por foco promover o estímulo ao estabelecimento da governança e o fortalecimento dos órgãos e organizações que atuam na promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Em uma primeira etapa, tais ações serão empreendidas no âmbito de três projetos demonstrativos, nas obras da OE&C, a serem definidos.

Na segunda etapa, a partir da experiência consolidada nestes projetos, a metodologia será sistematizada e formatada para ser replicada nas demais obras da empresa no Brasil, e, posteriormente, nos demais países onde atua.

A iniciativa parte, portanto, da responsabilidade social e deverá ser incorporada, ao longo do processo, ao escopo do negócio das obras da Odebrecht Engenharia e Construção,

tendo as crianças e os adolescentes como seus principais beneficiários. É importante destacar que o Programa se alinha a uma série de marcos nacional e internacional, como: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Pacto Global da ONU e a Carta da Terra.

O Programa também está em consonância com vários documentos relacionados ao tema, tais como:

- Programa Nacional de Direitos Humanos;
- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes;
- Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;
- Declaração do Rio de Janeiro (documento final do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do qual o Brasil é signatário).

E no âmbito interno a Organização Odebrecht, este Programa está alinhado com as Diretrizes e Sustentabilidade do Negócio Engenharia e Construção (Instrução VP Operações nº 01/2010), e com a Política sobre Sustentabilidade (Resolução DP nº 02/2011), que tem como valor:

O compromisso com a Sustentabilidade tem por princípios a valorização e a melhoria das condições de vida das pessoas, a redução dos impactos ambientais, os controles sobre os perigos e riscos dos processos e o uso de tecnologias, materiais e insumos que reduzam o consumo de recursos naturais, especialmente os não renováveis. Esse compromisso inclui promover a adequação dos projetos e favorecer a produção regional para ampliar os benefícios e contribuir para o desenvolvimento das regiões do entorno dos projetos.

Neste contexto a questão social assume um caráter de relevante importância, por buscar mitigar os impactos e ampliar as possibilidades de fortalecimento do capital social, junto as Comunidades situadas nas áreas de influência direta das obras de infraestrutura, das plantas industriais e dos demais ativos.

Os investimentos em ações dessa natureza respondem a um cenário em que cresce a associação entre o desenvolvimento econômico e o incremento na violação dos Direitos Humanos, em especial na exploração sexual de crianças e adolescentes. As críticas, muitas vezes embasadas em pesquisas e diagnósticos, repercutem em reportagens, protestos e manifestações as mais diversas. Dessa forma, aprofundam as pressões para que as empresas desenvolvam ações com foco na promoção dos Direitos Humanos, o que já impacta indicadores e os processos de licenciamento. Reivindica-se, sobretudo, um marco específico para tratar das condicionantes sociais.

Evidentemente, não se pode estabelecer uma relação de causalidade única e direta entre o aumento da exploração sexual e a chegada de um empreendimento em um território. Contudo, é evidente que uma grande obra traz mudanças na vida de uma comunidade. Com a mão de obra local muitas vezes despreparada e insuficiente, muitos trabalhadores chegam de várias outras regiões.

O aumento rápido da população acaba por agravar problemas já existentes nos serviços públicos, assim como coloca novos desafios. Muitos desses trabalhadores, mostram as pesquisas, veem de regiões vulneráveis e, provavelmente, não tiveram seus direitos plenamente garantidos quando crianças e adolescentes.

Longe das famílias, em locais sem opções de esporte, lazer e cultura, acabam fazendo uso do álcool, das drogas e indo a busca da prostituição. Sem a percepção de que a infância e adolescência são fases especiais da vida, muitas vezes se envolvem na exploração sexual de meninos e meninas.

Ao propor ações no âmbito interno, voltadas para a formação e a sensibilização, a empresa promove os seus Integrantes do ponto de vista da educação, da saúde e da cidadania, instâncias diretamente conectadas à dimensão do trabalho. Contudo, cientes de que a exploração sexual é um problema multifatorial e que demanda a intervenção de vários atores, a empresa promove, no âmbito externo, ações de fortalecimento da rede de atenção aos direitos da criança e da adolescência, contribuindo para a efetivação da política pública em torno do tema.

Nesta perspectiva tem-se a possibilidade de contribuir com a construção de uma proposta inovadora, efetiva e sustentável para a promoção da garantia dos Direitos da Infância e da Adolescência.

Em suma: uma Infância de Direitos!

9.15.2 OBJETIVO

◆ OBJETIVO GERAL

O Programa de Educação Social e Ambiental para os Trabalhadores (PESAT) está pautado no contexto do Licenciamento Ambiental, com o objetivo de desenvolver capacidades para que os colaboradores avaliem as implicações dos danos e riscos socioambientais decorrentes das fases de instalação e operação do Terminal São Mateus (TSM), contribuindo para a melhoria dos sistemas de gestão ambiental.

Além de viabilizar ações eficazes, no contexto das obras da Odebrecht Engenharia e Construção, de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil, por meio da sensibilização, formação e capacitação dos Integrantes e de seus familiares, do estímulo ao estabelecimento da governança e do fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

◆ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar, treinar e sensibilizar os funcionários e trabalhadores contratados e subcontratados (empreiteiras) sobre os procedimentos ambientalmente adequados ligados às obras, à saúde e segurança, à segurança do trabalho, bem como o relacionamento com as comunidades vizinhas.

- Estimular os colaboradores diretos, inclusive os subcontratados (empreiteiras), tanto nas fases de obras como durante a operação do empreendimento, para que atuem proativamente na conservação das áreas comuns, áreas de preservação permanente, áreas verdes e demais componentes do empreendimento.

Vale ressaltar que o Programa de Educação Social e Ambiental para os Trabalhadores está em conformidade com a Instrução Normativa Nº 03/2009 do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).

9.15.3 PÚBLICO-ALVO

O **público-alvo** das ações são os Integrantes da Odebrecht Engenharia e Construção e de suas empresas subcontratadas; e os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) – em especial Conselhos Tutelares, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizações da sociedade civil.

Os **beneficiários diretos** do Programa são as crianças e os adolescentes, definidos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas áreas de influência direta das obras; além de suas unidades-família.

9.15.4 MÉTODO

O Programa deverá priorizar a atuação nos canteiros de obras, conversação do meio ambiente nos DDS (Diálogo Diário de Segurança), especialmente junto à mão de obra contratada e subcontratada (empreiteiras). Lembrando que as atividades a serem executadas estarão continuamente articuladas com os demais Programas Socioambientais, dentre os quais, o Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Social e ambiental nas Comunidades, Programa de Controle Ambiental, Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos, entre outros.

O trabalho das equipes de campo será operacionalizado da seguinte forma:

- **Ações de Sensibilização:** Os resultados das ações de sensibilização servirão para aprimorar a mobilização dos colaboradores, promovendo reuniões, exibição de vídeos e fóruns sobre educação ambiental, como instrumento de gestão socioambiental. Nessas ações apresentam-se todas as fases e componentes dos conteúdos temáticos, com seus respectivos produtos esperados e o papel dos colaboradores na condução dos trabalhos.
- **Ações para a Participação Qualificada:** Produção de minicursos, oficinas temáticas abrangendo os diferentes temas geradores pertinentes às diferentes Linhas de Ação em cada um dos conteúdos temáticos.
- **Ações de Prevenção e Conscientização:** Serão realizadas ações como: (a) palestras com recursos audiovisuais; (b) campanhas educativas, por meio de material de apoio; etc. A eficácia da aplicação do Programa depende diretamente das Linhas de Ação do conjunto de participantes em cada uma dessas atividades, razão pela qual se torna necessária a sensibilização por meio da educação ambiental.

- **Veículos de Comunicação:** Serão criados, também, com o intuito de divulgar os eventos do PESAT.
- **Jornal “TSM Informa”:** Deverá ter uma tiragem suficiente para que seja distribuído mensalmente para o público interno do TSM.

Nesse veículo, o público encontrará os temas e iniciativas mais relevantes do PESAT, matérias a respeito das obras do Terminal, seu status de desenvolvimento entre outras informações pertinentes ao empreendimento.

9.15.4.1 Linhas de Ação

◆ LINHA DE AÇÃO 1: “AMBIENTAÇÃO TSM”

- Treinamento Introdutório para os colaboradores
 - Carga horária prevista: 2 horas

Será realizado de forma sistêmica uma ambientação sobre os temas e comportamentos ambientais para todos os colaboradores que iniciam suas atividades no TSM. A ambientação será realizada em caráter permanente ao longo de toda a fase de implantação e operação do empreendimento. Este treinamento introdutório tem como finalidade ampliar a visão socioambiental e despertar uma consciência crítica e ações proativas relacionadas à cidadania, além de permitir que os colaboradores tomem conhecimento do que é a LiquiPort e o atual empreendimento, seus impactos e ainda como a empresa atua nas comunidades.

Para a organização do treinamento será levado em consideração o histograma de atividades, prevendo treinamentos com grandes grupos concentrados no decorrer das obras. Caso haja rotatividade de pessoal, o treinamento será feito individualmente ou em pequenos grupos.

O treinamento incluirá atividades teóricas e práticas, visando uma melhor identificação das condutas ambientais e socialmente responsáveis durante a execução de sua função e atividades na implantação do empreendimento e serão realizados nas instalações da LiquiPort em local adequado. Esta atividade será de responsabilidade do TSM.

◆ LINHA DE AÇÃO 2: “CONHECIMENTO ITINERANTE”

Esta atividade é composta por palestras, que serão ministradas no decorrer das obras que deverão ser realizadas com vocabulário simples e popular, respeitando, quando possível, os regionalismos, e sempre envolvendo a participação da plateia para questões-chave. A utilização de mídias como recursos audiovisuais (ilustrações, slides, vídeos e data show) serão trabalhados para facilitar a comunicação e maximizar o potencial para resultados positivos.

Para os colaboradores diretos as palestras terão, no máximo, 02 horas de duração, sendo propostas turmas com número máximo de 30 participantes. Em razão da diversidade de assuntos, o planejamento prévio das palestras deverá ocorrer levando-se em consideração o número de participantes à época e a manutenção ou substituição dos grupos que serão formados nos períodos posteriores. Mesmo que os assuntos já tenham sido abordados em palestras anteriores, novas informações podem ser acrescentadas.

Para os colaboradores subcontratados (empreiteiras) envolvidos nas frentes de obra e/ou pertencentes às comunidades do entorno do empreendimento, a constituição das turmas poderão ser maiores e as palestras com temas mais abrangentes já que estas se darão de forma sistemática. A duração das palestras poderá ser superior às dos colaboradores técnicos, e dependerá da dinâmica a ser utilizada para a ocasião.

Dentre os assuntos a serem abordados nas palestras ambientais, serão relacionados os temas pertinentes a:

- Conceitos básicos de Ecologia, Ecossistema, Floresta, Habitat, Meio Ambiente, Poluição Ambiental, Fauna, Flora, Recursos Naturais, Desenvolvimento Sustentável.
- A região de inserção do empreendimento: Biomas e Mata Atlântica, diversidade de espécies.
- Práticas de Conservação Ambiental: Atividades realizadas para a conservação da fauna silvestre e doméstica,
- Importância da Fauna: Grupos de fauna, espécies ocorrentes na região, principais características, Habitat, comportamentos, espécies ameaçadas.
- Prevenção de acidentes por animais peçonhentos: Conceito de animais peçonhentos, caracterização de ofídios, animais peçonhentos de importância em saúde pública, medidas de prevenção de acidentes com ofídios, aranhas e escorpiões, períodos de maior frequência de acidentes com animais peçonhentos, sintomas causados por picadas de serpentes, escorpiões e aranhas, medidas a serem adotadas em caso de picada; tratamento dos acidentes por animais peçonhentos.
- Atropelamentos de animais silvestres: Principais espécies geralmente atropeladas na região, fatores de atração das espécies às estradas, prevenção de acidentes com animais silvestres e domésticos em estradas, placas de sinalização.
- Caça predatória: Consequências, combate, ações de fiscalização, sanções penais.
- Riscos de incêndios: Causas, consequências, medidas preventivas.

O escopo dos temas sociais a serem tratados nas palestras refere-se às questões de saúde e cidadania do colaborador. Tais como:

- Educação Sexual: Doenças sexualmente transmissíveis, métodos preventivos, sintomas e tratamentos e ainda gravidez na adolescência.
- Alcoolismo: Efeitos biológicos e psicológicos no organismo a curto e longo prazo.

- Drogas Ilícitas: Efeitos, riscos, dependência, convívio social e ilegalidade
- AIDS: O que é? , como se prevenir e tratamentos utilizados na doença.
- Tabagismo: Os males ocasionados a saúde associados ao uso do fumo, Câncer de boca, laringe e pulmão e o consumo de cigarro, Leis anti-fumo.
- Dengue: Identificar a dengue, conhecer as diversas formas de contágio, prevenção e tratamento.
- Violência contra a Mulher e Direitos da Criança, e outros que se mostrem necessários.

Estas palestras serão de responsabilidade da LiquiPort e acontecerão em local propício ao ensino-aprendizagem. Para garantir a presença dos participantes, será necessária que seja realizada uma mobilização eficaz.

O monitoramento, ao acompanhar as ações implantadas e seus efeitos, detecta as principais tendências, identifica problemas, ameaças e oportunidades e avalia indiretamente o desempenho dos diferentes processos. No escopo deste PESAT, o monitoramento se dará durante todo o período de execução dos trabalhos. Para que a análise destes impactos desejados seja efetuada, é necessário construir indicadores que sejam medidos de modo 'palpável' com base no que se pretende com os objetivos estabelecidos.

Os resultados esperados devem ser definidos em conformidade com os objetivos especificados neste documento. Para cada resultado desejado e pretendido deve-se escolher um indicador que seja mensurável em diferentes etapas e cujas variáveis de quantificação sejam objetivamente verificáveis e compatíveis com o montante de recursos existentes no Programa para o monitoramento das Linhas de Ação.

Como fontes de verificação:

- Dados dos participantes e pesquisas de satisfação ao final dos eventos.
- Número de participantes das atividades.
- Pesquisas de Percepção Socioambiental junto aos trabalhadores dos diferentes grupos.
- Quantidade de materiais de comunicação produzidos, editados e utilizados.
- Fotografias, vídeos e documentários.
- Medição de resultados pelos indicadores apontados para o PESAT.

Os questionários de pesquisa de satisfação, de percepção ambiental com grupos focais e resultados de demais evidências a serem coletados durante o trabalho de campo serão a primeira fase de informações para o estabelecimento de sistemas de indicadores para o acompanhamento das ações. Outra fonte para a escolha dos indicadores do PESAT está pautada por meio de um processo participativo direto nas primeiras atividades de capacitação e treinamento.

Caso aconteça algum incidente nas comunidades promovido pelos colaboradores das contratadas ou subcontratadas, deverão prestar contas com plano de ação para a Gerência de Relacionamento com Comunidades e Coordenação do TSM.

É importante ressaltar que, em caso de incidentes sociais e ambientais junto às comunidades, tanto as empresas como os colaboradores podem responder por responsabilidade civil e penal. Por isso, o controle dos incidentes com as comunidades será monitorado pela LiquiPort por meio de mecanismos de diálogo com as comunidades.

♦ LINHA DE AÇÃO 3: “ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL”

No âmbito da empresa, é fundamental que sejam envolvidos:

- Áreas de gestão, administrativas e operacionais (atenção especial para os líderes das equipes de campo); e
- Técnicos e gestores das áreas de meio ambiente, saúde e programas sociais.

Em todos esses níveis é importante fomentar a participação de:

- Homens e mulheres, observando a equidade de gênero.
- Pessoas sensíveis ao tema, que são os chamados “integrantes ativistas”.

Sendo que as ações desenvolvidas dentro da empresa deverão priorizar a constituição de um espaço de diálogo e esclarecimento. Neste sentido, duas frentes devem ser mobilizadas.

- **Diálogos com trabalhadores:** ações de sensibilização, formação e capacitação para o tema.
- **Produtos de comunicação:** produção de materiais de comunicação específicos para o contexto das obras, elaborados a partir da escuta das dúvidas dos Integrantes.

9.15.5 INDICADORES PRELIMINARES DO PESAT

Um sistema de indicadores para o PESAT deve superar o privilégio dos métodos objetivos de avaliação, que são sustentados em dados quantitativos e análises. A serem construídos à época do detalhamento executivo do Plano de Ação.

9.15.6 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste PESAT deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM na ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto) conforme Tabela 9.15.6-1.

Tabela 9.15.6-1: Cronograma executivo do PESAT.

AÇÕES	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL PARA OS TRABALHADORES											
	ANO 3: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)						ANO 4: ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto)					
	1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres			1º e 2º Trimestres		
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Planejamento e mobilização de recursos												
Linha de Ação 1: "Ambientação TSM"												
Linha de Ação 2: "Conhecimento Itinerante"												
Linha de Ação 3: "Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-juvenil"												
Análise de Dados e Avaliação do PESAT: Monitoramento de Indicadores												
Relatórios Semestrais (IEMA)												

9.15.7 EQUIPE TÉCNICA

A execução será realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas. Sugere-se o apoio técnico de:

- 01 (um) Coordenador com formação superior na área de Pedagogia, com especialização em Educação Ambiental, com habilitação em jornalismo ou relações públicas, com experiência em coordenação de programas e projetos de comunicação socioambiental e comunidades, no contexto dos processos de licenciamento.
- 01 (um) Técnico em Segurança do Trabalho responsável pelos Diálogos Diários de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

9.16 PROJETO DE MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO

9.16.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As transformações decorrentes da implantação do Terminal São Mateus podem conduzir a mudanças estruturais no espaço em que se inserem, interferindo na qualidade de vida local. Pela própria dinâmica de um projeto, torna-se necessário a implementação de ações de monitoramento dos principais aspectos socioeconômicos, instrumento essencial para avaliar as transformações passíveis de ocorrer no espaço em estudo e para a proposição de ações corretivas dos efeitos adversos. Isso porque, somente através do domínio sobre as questões socioeconômicas e ambientais, é que serão criadas as condições para se proceder à avaliação das interferências a serem ocasionadas pela implantação do empreendimento.

Dessa forma, o monitoramento deverá ser o instrumento capaz de subsidiar a LiquiPort e os poderes públicos envolvidos no planejamento de ações voltadas à promoção de ajustes durante e após a implantação do empreendimento, adequando as medidas propostas à dinâmica local.

Por essa razão, e considerando as características do projeto, propõe-se que as campanhas previstas no Projeto de Monitoramento Socioeconômico sejam realizadas tendo como foco a **ETAPA 2: “Parque de Tancagem”**; de forma a acompanhar o conjunto das transformações no contexto local e antecipar-se, caso necessário, às medidas de controle ou mitigação dos efeitos da instalação do “Parque de Tancagem”.

A instalação de empreendimentos de elevado porte, especialmente em áreas em processo de urbanização, como a área de influência do TSM, estimulará a atração de população, tanto de trabalhadores contratados quanto de trabalhadores flutuantes vindos em busca de oportunidades de emprego. Essa atração de população acarreta uma pressão sobre os serviços e equipamentos sociocomunitários, que já se encontram normalmente insuficientes face à população residente, por investimentos em infraestrutura pública.

É preciso considerar que o monitoramento proposto deverá focar sua análise nos efeitos causados nas diversas áreas sociais, tais como: saúde, educação, segurança pública, energia elétrica, abastecimento, saneamento e sistema viário, devido à contratação, pelo

empreendedor, de trabalhadores não originários das áreas de influência. Para isto, serão analisadas as estatísticas públicas disponibilizadas pelo município de São Mateus, que serão comparadas com as informações levantadas junto às empresas subcontratadas para a realização das obras. O trabalho deverá ser feito a partir de um levantamento primário com as lideranças locais na área de influência direta do empreendimento e organizações sociais efetivamente participantes, com intuito de obter a percepção da população em referência ao andamento das fases instalação e operação do empreendimento.

9.16.2 OBJETIVO

Este projeto tem por objetivo acompanhar as transformações acarretadas pela implantação e operação do TSM em relação aos diversos setores socioeconômicos.

♦ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar levantamento primário com as lideranças da área de influência do empreendimento, e organizações sociais efetivamente participantes nesta área, com intuito de obter a percepção da população em referência ao andamento das obras de instalação do empreendimento.
- Reorientar a LiquiPort a adotar medidas corretivas mitigadoras, quando necessário, em face ao acompanhamento permanente dos impactos do empreendimento ocasionados em função da vinda de trabalhadores contratados de outras localidades.

9.16.3 METAS

Tendo em vista que os impactos socioeconômicos incidirão sobre espaços heterogêneos, quais sejam áreas urbanas e rurais, o monitoramento deverá ser conduzido por meio de abordagens distintas, determinadas pelos diferentes indicadores a serem aferidos.

Diante disso, se propõe realizá-lo em dois blocos:

- Avaliação das transformações passíveis de ocorrer nas áreas urbanas da AI (Área de Influência), neste caso o município de São Mateus;
- Avaliação das modificações potenciais a serem introduzidas nas comunidades diretamente afetadas (Campo Grande de Barra Nova, Barra Nova Norte/Sul e Guriri), representadas pelos moradores das áreas rurais.

Tendo em vista as especificidades dos espaços a serem monitorados é que se procede a apresentação categorizada das metas a serem alcançadas, bem como os indicadores e parâmetros de avaliação selecionados para o alcance das mesmas.

9.16.4 PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores da obra (empreiteiras), comunidades do entorno, comunidades de pesca e quilombolas da AI, Secretarias Municipais de São Mateus e LiquiPort.

9.16.5 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O método a ser adotado pelo trabalho em proposição considera a participação de um grupo interinstitucional, inclusive, a participação de entidades civis organizadas, além de órgãos públicos e a LiquiPort, com vistas a confluir informações e sistematizar os dados das diversas fontes de relevância para o monitoramento proposto.

Para o andamento dos trabalhos e efetivação do monitoramento, de forma integrada e participativa, deverão ser definidas as atribuições de cada entidade/órgão participante e a forma de repasse dos dados e informações, assim como a apresentação das análises e dos resultados destas.

A pressão sobre os serviços e equipamentos sociocomunitários advinda da contratação de trabalhadores não residentes da área de influência será monitorada através do acompanhamento das seguintes áreas de atuação governamental:

- Saúde;
- Educação;
- Segurança;
- Saneamento, abastecimento de água, eletrificação;
- Circulação viária.

A metodologia a ser utilizada para o monitoramento proposto consiste nos seguintes passos:

- Levantamento dos dados e informações estatísticas elaborados de forma sistemática e passíveis de comparabilidade, e secretarias de estado do Espírito Santo;
- Monitoramento dos indicadores definidos, a partir da base de informações disponibilizadas pelos órgãos públicos acima citados, que permitam o acompanhamento mensal e permanente dos mesmos, além de permitirem a comparabilidade;
- Levantamento de dados sistemáticos da empresa, especialmente com relação às contratações mensais;
- Levantamento da percepção da população sobre o processo de instalação do empreendimento através de entrevistas periódicas junto às lideranças comunitárias e organizações sociais de efetiva participação na AI;
- Organização dos dados do município e dos dados das empreiteiras;

- Análise dos efeitos do empreendimento sobre as infraestruturas sociocomunitárias municipais, com base nas informações repassadas.

9.16.5.1 Disponibilização De Dados: Entidades Responsáveis, Variáveis

Semestralmente será feito um relatório de monitoramento sócio econômico da área de influência direta no qual constarão as seguintes variáveis:

- Saúde;
- Educação;
- Segurança;
- Saneamento, abastecimento de água, eletrificação;
- Circulação viária.

Tabela 9.16.5.1-1: Disponibilização de dados: entidades responsáveis, variáveis e frequência.

ENTIDADE RESPONSÁVEL	TEMA – VARIÁVEL	FREQUÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO
SESA e Secretaria Municipal, através de seus técnicos responsáveis.	- Saúde: internações (sexo, idade, profissão, número de adolescentes grávidas no município, etc).	Mensal
SEDU e Secretaria Municipal de Educação, através de seus técnicos responsáveis.	- Educação: número de matrículas por semestre, série, sexo, idade, etc.	Mensal
Defesa Civil, Secretaria Estadual de Segurança, Instituto Jones do Santos Neves através de seus técnicos responsáveis.	- Segurança: ocorrências (tipo: roubo, assassinato, etc).	Mensal
CESAN, ESCELSA, através de seus técnicos responsáveis.	- Abastecimento, saneamento e energia elétrica: consumidores, cobertura e consumo.	Mensal
Secretaria municipal de Transportes Urbanos	- Fluxo de tráfego nas vias próximas ao empreendimento.	Mensal
Líderes comunitários e outras organizações sociais de efetiva participação nas comunidades	- Percepção do andamento do processo de instalação.	Semestral
LiquiPort	- Número de contratados, locais e não locais.	Mensal
	- Habitação: onde estão residindo ou alojados os contratados.	Mensal
	- Saúde: ocorrências e local de atendimento, atendimento coberto pela empresa.	Mensal
	- Segurança: programa de saúde e de segurança no trabalho da empresa.	-
	- Sistema viário: frequência de veículos de carga e de pessoal nas vias de uso intenso.	Mensal

Baseados no cruzamento dessas informações, serão analisados os impactos do empreendimento sobre a infraestrutura social e de serviços de São Mateus.

9.16.5.2 Etapas/Atividades

Para realizar o monitoramento dos impactos sobre a infraestrutura social e de serviços decorrentes da contratação de trabalhadores não residentes para a instalação do Terminal, propõe-se a execução dos seguintes passos que deverão constar de duas etapas:

♦ ETAPA 01

- Levantamento das estatísticas, dados e informações disponíveis nos órgãos públicos municipais e estaduais, que possibilitarão o monitoramento sistemático e comparativo.
- Definição dos indicadores a serem monitorados, a partir da base de informações disponibilizadas pelos órgãos públicos acima citados, que permitam o acompanhamento mensal e permanente desses indicadores, além de permitirem a comparabilidade.
- Levantamento dos dados e informações em cada órgão público, para construção do cenário *ex ante*, anterior às obras de instalação do empreendimento.
- Levantamento da percepção da população sobre os potenciais impactos a serem provocados pelo processo de instalação do empreendimento.
- Sistematização dos dados a serem fornecidos pelo empreendedor e pelas entidades e órgãos participantes, a ser efetuada pela equipe técnica responsável.

♦ ETAPA 02

A partir daí o trabalho decorre de forma já sistematizada, sendo realizado de forma cíclica, mantendo-se os seguintes passos:

- Levantamento mensal de dados e informações nos órgãos públicos, pela equipe técnica responsável, e repasse das informações pelo empreendedor.
- Levantamento junto à população, através de suas lideranças e organizações sociais de efetiva atuação, sobre os efeitos do empreendimento percebidos nas suas comunidades.
- Sistematização dos dados a serem fornecidos pelo empreendedor e pelas entidades e órgãos participantes, a ser efetuada pela equipe técnica responsável.
- Análise dos dados pela equipe técnica responsável.
- Avaliação e acompanhamento dos resultados pelo IEMA, conforme previsto por este órgão.

9.16.6 INDICADORES

Importante ressaltar que os dados e informações a serem monitorados serão coletados no setor público. Estas estatísticas devem ser elaboradas de forma sistemática e permanente e devem possibilitar a comparabilidade, características necessárias para que possa ser feito um monitoramento ao longo do tempo.

Assim, propõem-se os seguintes indicadores a serem monitorados e que deverão ser balizadas pelos dados disponibilizados pelos órgãos públicos afins, dentro das condições acima referidas (sistematização das estatísticas e comparabilidade):

- **Saúde:** número e tipo de internações (sexo, idade, profissão, número de adolescentes grávidas no município, etc).
- **Educação:** número de matrículas por semestre, série, sexo, idade, etc.
- **Segurança:** número de ocorrências (tipo: roubo, assassinato, etc).
- **Habitação:** número de economias residenciais e consumo (abastecimento de água, saneamento, energia elétrica).
- **Sistema de Circulação Viária:** ocorrências nas vias de acesso do empreendimento e da área de influência direta.

As informações a serem obtidas das lideranças comunitárias, embora dificilmente passíveis de comparabilidade, poderão ser avaliadas pelo seu caráter intrínseco, permitindo direcionar uma análise mais apurada. Certamente, essas informações deverão ser mais qualitativas do que quantitativas.

As informações a serem disponibilizadas pelo empreendedor/empreiteiras serão:

- Número de contratados locais e não locais;
- Habitação: onde estão alojados os trabalhadores não locais
- Saúde: cobertura dos planos de saúde, ocorrências e local de atendimento;
- Segurança: programa de saúde e segurança no trabalho;
- Sistema de circulação viária: fluxo de tráfego nas vias próximas ao empreendimento.

Essas informações devem ser repassadas pelo empreendedor para a equipe técnica contratada, devendo ser colhidas junto às empreiteiras contratadas para execução das fases do projeto.

9.16.7 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Além deste Programa, vale ressaltar que a equipe tem a intenção de colaborar para a execução dos programas inter-relacionados, como o Programa de Educação Social e Ambiental para os Trabalhadores e Comunidades, a fim de contribuir para que os colaboradores e contratados para a implantação do Terminal conheçam e compartilhem

os valores e diretrizes estabelecidas pela LiquiPort, para que o projeto seja socioambientalmente responsável e cumpridor de seus compromissos com todas as partes interessadas.

9.16.8 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

- Lei nº. 6.938 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente;

9.16.9 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste Programa deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM na ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto) conforme Tabela 9.16.9-1.

Tabela 9.16.9-1: Cronograma executivo do Projeto de Monitoramento Socioeconômico.

AÇÕES	PROGRAMA DE MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO																							
	ANO 1: ETAPA 2												ANO 2: ETAPA2											
	1º e 2º Trimestres						3º e 4º Trimestres						5º e 6º Trimestres						7º e 8º Trimestre					
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Planejamento																								
Levantamento dos dados disponíveis para monitoramento e definição dos indicadores																								
Elaboração do cenário <i>ex ante</i>																								
Disponibilização e levantamento dos dados para o monitoramento																								
Organização dos dados para os relatórios na fase de instalação do Terminal																								
Entrega dos relatórios Parciais																								
Relatório Final																								

9.16.10 EQUIPE TÉCNICA

A execução será realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas. Sugere-se o apoio técnico de:

- 01 (um) Coordenador com formação superior em Economia, com experiência em coordenação de programas e projetos de comunicação socioambiental e comunidades, no contexto dos processos de licenciamento.
- 01 (um) profissional com experiência em sistematização de dados socioeconômicos e pesquisa social, e experiência em trabalhos de campo em projetos de licenciamento ambiental e de engajamento e mobilização social.

9.17 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

9.17.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Na fase de instalação da Etapa 2 do Terminal São Mateus – TSM, o fornecimento de serviços pelas empresas locais será prioritariamente para as empreiteiras de construção civil e montagem industrial, atuando como subfornecedores. Poderão ser também realizados fornecimentos em regime de consórcio. A fase de instalação é entendida como de duração limitada, que deverá ser realizada através de dois eixos, conforme descrito abaixo:

♦ **DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES**

Como sugestão, o plano de ação de desenvolvimento de fornecedores ocorrerá focando o modelo do projeto já existente no grupo, denominado **ENCADEAMENTO PRODUTIVO – ODEBRECHT INFRAESTRUTURA** que foca nas micro e Pequenas Empresas atuais e/ou potenciais fornecedoras da ODEBRECHT INFRAESTRUTURA no estado do Rio de Janeiro, pelo qual será definida a estratégia de implementação para o estado do Espírito Santo, de acordo com a equipe gestora.

Os fornecedores existentes nos bancos de dados, baseados nos diagnósticos e levantamentos já realizados pelo grupo PRODFOR e SEBRAE-ES, serão agrupados por setor e segmento, considerando as vocações regionais, priorizando as demandas do empreendimento em conjunto com os setores de Engenharia e Suprimentos da ODEBRECHT INFRAESTRUTURA.

A cadeia produtiva da construção civil representa 15,5% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Além da sua importância econômica, a atividade da construção civil também tem relevante papel social, na geração de empregos (representando 6% do total do pessoal ocupado, o que caracteriza o setor como o mais empregador do país) e no combate ao déficit habitacional.

Ao analisar a dinâmica do setor de Construção Civil no Brasil é fundamental segmentá-lo. Diversas entidades sugerem a seguinte segmentação:

- Materiais de Construção
- Bens de Capital para Construção
- Edificações
- Construção Pesada
- Serviços Diversos

É possível observar significativa organização setorial com certa concentração. Este modelo de negócio vem desenvolvendo players locais, de menor porte, que iniciam as operações nos territórios das grandes obras, apoiando ou sendo subcontratados das grandes construtoras.

As entidades mais representativas da Construção Civil pesada são:

O SINICON, Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, é a mais antiga organização que representa, em caráter nacional, as empresas da atividade econômica da construção pesada, bem como as Concessionárias de Serviços Públicos, cujo objeto social, conste o exercício das atividades pertinentes ao setor.

A ABDIB, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, fundada em 1955, é uma entidade privada sem fins lucrativos, cuja missão principal é o desenvolvimento continuado do mercado brasileiro da infraestrutura e indústrias de base e seu fortalecimento em padrões de competitividade internacional.

Importante destacar que esta cadeia da construção civil, em especial a das construções pesadas apresentam duas características básicas na relação com suas cadeias de suprimentos. Muitas destas grandes empresas possuem cadastros centrais de fornecedores buscando concentrar as compras em grupos que também trabalhem com o conceito de volume. Geralmente, no local, buscam identificar possíveis fornecedores dos mais diversos segmentos como:

- Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados
- Arquitetura
- Engenharia
- Alimentação
- Containers
- Pequenas empresas de MO especializada
- Construção e Montagem Especializada
- Locação de equipamentos
- Reparos de Macacões
- EPIs
- Serviços de SMS

- Construções e estruturas Metálicas
- Serviços de Automação e Controle
- Serviços de Tecnologia da Informação
- Segurança
- Limpeza e Higiene
- Lavanderia
- Comunicação e Marketing
- Consultoria Especializada
- Serviços de reparação

A amplitude da atuação da Odebrecht no setor de infraestrutura é comprovada em números. O portfólio da organização inclui a construção de: 11.334 km de rodovias, 1.885 km de ferrovias, 182 km de pontes e viadutos, 146,5 km de linhas de metrô, 46 portos e 38 aeroportos.

Em função da importância da empresa e das oportunidades identificadas para as microempresas e empresas de pequeno porte, vislumbra-se que uma parceria entre a ODEBRECHT INFRAESTRUTURA e o SEBRAE-ES gerará benefícios relevantes para a cadeia de valor da empresa, inserindo os pequenos negócios de forma definitiva nesta cadeia cada vez mais competitiva.

◆ **PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL**

Baseado no histograma de obras detalhado, e através da experiência da equipe de trabalho juntamente com o apoio da equipe gestora da LiquiPort em projetos similares, o foco deste plano de ação será a mão de obra para atuar na construção e cadeia de fornecimento desta fase.

Contudo, o trabalho será desenvolvido em conjunto com a equipe gestora através da:

- Definição de estratégia de preparação da mão de obra, voltada aos moradores das comunidades próximas para atender a implantação, incluindo avaliação de alojamentos, relacionamento e integração com empreiteiros;
- Definição do quantitativo de mão de obra a ser treinado, detalhando:
 - Oferta por municípios e comunidades;
 - Lista de categorias profissionais (operacional e administrativo);
 - Experiência mínima exigida por categoria profissional (educação, anos de trabalho e primeiro emprego);
- Cronograma de mobilização;
- Avaliação de convênios com entidades de ensino, fundações, governo, sindicatos, associações de classe, incluindo:

- Definição de estratégia de aproximação e;
- Apoio à elaboração de minutas de convênios.
- Avaliação de Programas de Treinamento e Capacitação propostos pelas instituições de ensino, incluindo:
 - Conteúdo programático por categoria profissional;
 - Duração do curso;
 - Quantidade de horas/curso;
 - Custo estimado (orçamento);
 - Participação de empreiteiros e;
 - Divulgação e comunicação.
- Levantamento e informações de programas de treinamentos de projeto/empresas similares, incluindo os da região de abrangência e;
- Alinhamento com Programas Governamentais de treinamento.

9.17.2 OBJETIVOS

Desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte da cadeia de valor da ODEBRECHT INFRAESTRUTURA, visando o pleno atendimento aos requisitos da cadeia, com vias a ampliação de negócios entre elas e melhorias na competitividade das empresas envolvidas e da cadeia como um todo.

O Programa também tem por objetivo estabelecer estratégias que potencializem a absorção de trabalhadores nas oportunidades de trabalho geradas direta e indiretamente pelo TSM, a fim de garantir um montante de trabalhadores contratados localmente durante a fase de instalação do Parque de Tancagem (Etapa 2) no município de São Mateus.

9.17.3 METAS E INDICADORES

◆ **DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES**

De acordo com a metodologia desenvolvida pelo SEBRAE de Gestão Orientada por Resultados – GEOR tem-se como:

- RESULTADOS FINALÍSTICOS (RF)

São os efeitos que devem ser produzidos no público alvo ou junto a ele com a execução do projeto, compreendendo a situação almejada, seu indicador de mensuração, meta e prazo de execução.

Nome do RF1	Aumentar em 10% o volume de vendas das Micro e Pequenas Empresas
--------------------	---

Indicador: Volume de vendas brutas

Método de Cálculo: Levantamentos periódicos via pesquisa

Nome do RF2	Aumentar em 5% o número de empregados das Micro e Pequenas Empresas
--------------------	--

Indicador: Número de postos de trabalho

Método de cálculo: Levantamentos periódicos via pesquisa

- RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS (RI)

São os efeitos decorrentes da realização das ações do projeto que contribuem para a consecução dos resultados finalísticos, compreendendo seu indicador, meta e prazo de consecução.

Nome do RI1	Aumentar em 25% o desempenho das Micro e Pequenas Empresas com relação aos critérios estabelecidos pela ODEBRECHT INFRAESTRUTURA.
--------------------	--

Indicador: Desempenho.

Método de Cálculo: Levantamentos periódicos via pesquisa

◆ PREPARAÇÃO DA MÃO DE OBRA LOCAL

- Acompanhar mensalmente o cumprimento das metas e ações pactuadas para viabilizar o desenvolvimento das atividades previstas em interface com o atendimento às demandas dos empreendedores da LiquiPort, em apoio à capacitação da mão de obra local;
- Reunir sistematicamente com instituições de Ensino Técnico e Profissionalizantes (IFES, UFES, SENAI, SENAC, SEBRA-ES, IEL, SENAT e SENAR) para alinhar as diretrizes do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para treinamento e parceiros e;
- Elaborar Programa de Preparação de Mão de Obra envolvendo as comunidades do município de São Mateus e propor estrutura de acompanhamento para o apoio à operacionalização e execução.

Para o acompanhamento deverá ser realizada pesquisa de opinião com aplicação de questionários seguindo os roteiros de perguntas abaixo destacadas, para cada curso realizado.

- Total de trabalhadores capacitados segundo local de residência;

- Número de inscritos nos cursos profissionalizantes;
- Número de cursos dados por área (especialidade);
- Número de currículos cadastrados;
- Número de trabalhadores locais contratados da região de abrangência;
- Registros de parcerias formalizadas;
- Percentual de utilização de mão de obra local (MOL); e
- Percentual de utilização de mão de obra não local (MONL).

9.17.4 METODOLOGIA

◆ **INICIATIVAS PARA PREPARAÇÃO DE FORNECEDORES LOCAIS**

São iniciativas específicas que devem ser executadas para, em conjunto, produzir os resultados finalísticos e intermediários, especificando-se prazos, recursos envolvidos e responsáveis por sua viabilização financeira e execução.

As Ações são compostas principalmente por:

- **Marcos Críticos:** São os eventos mais significativos de cada uma das ações planejadas.
- **Metas:** São a quantificação e qualificação do resultado ou produto que se quer alcançar, sendo que produtos nesse contexto são entendidos como o resultado de uma ação, sob a forma de bens ou serviços produzidos, como por exemplo: pessoas treinadas, sistemas implementados e empresas assistidas. Reflete o esforço dos executantes durante a implantação do projeto.

A iniciativa seguirá as fases do ciclo do encadeamento produtivo, conforme demonstrado a seguir.



Figura 9.17.8.4-2: As fases do Ciclo de Gerenciamento dos Projetos de Encadeamento Produtivo - EP

Em cada uma das fases serão definidas algumas ações que serão executadas para o alcance dos resultados definidos. Em linhas gerais, projetos de encadeamento produtivo possuem as seguintes ações:

- Gestão do Projeto
- Evento de abertura do projeto
- Identificação das demandas de bens, serviços e tecnologias das grandes empresas mobilizadas
- Diagnóstico inicial nas empresas de pequeno porte mobilizadas
- Identificação e seleção dos principais indicadores a serem implementados nas empresas de pequeno porte
- Elaboração do plano de curto prazo
- Elaboração do plano de médio e longo prazo
- Elaboração do plano de comunicação e marketing do projeto
- Devolutiva do diagnóstico para os empresários
- Implementação da capacitação: treinamento e consultoria
- Formação e Gestão do Fórum de Fornecedores
- Elaboração de catálogo de fornecedores do projeto
- Realização de rodadas de negócios, encontros de negócios e missões
- Realização de visitas técnicas às instalações das âncoras
- Participação em feiras e eventos
- Formação da rede de aprendizagem
- Diagnóstico final das empresas de pequeno porte

- Evento de finalização do projeto

Além das soluções do SEBRAE que poderão ser utilizadas para atender os requisitos da cadeia, poderão ser trabalhados temas diversos, a ser definidos caso a caso em comum acordo com os envolvidos no projeto, após a aplicação do diagnóstico e análise dos resultados das empresas.

♦ **INICIATIVAS PARA PREPARAÇÃO DA MÃO DE OBRA LOCAL**

Na fase de implantação, os cursos serão coordenados por entidades como o SENAI (e/ou diretamente pelas empresas envolvidas na construção do empreendimento), realizados em espaços de fácil acesso à população (ou por outras organizações contratadas para este fim), tendo os empreendedores total responsabilidade para a sua concretização. Contudo, haverá esforços da equipe responsável pela sua execução para a cooperação, a colaboração e a interação com os sistemas estaduais e municipais, o estabelecimento de parcerias com instituições que atuem no fomento às atividades produtivas e com a formação técnica e de qualificação de mão de obra, como o Serviço Nacional de Empregos (SINE), Secretarias do Governo do Estado, Prefeitura de São Mateus e da região de abrangência, e outras organizações de interesse público.

Isto porque as parcerias serão compactuadas por meio de contratos, possível a partir do contato constante com as equipes de engenharia que estarão informando os períodos e previsões para novas contratações, tendo a equipe de trabalho responsável pelo papel de acionar as empresas contratadas para que estas disponibilizem a programação da realização dos cursos de capacitação, de acordo com a demanda, e também serão estas as responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e dos cursos que deverão contemplar um detalhamento técnico e pedagógico, como cronogramas de aulas, relação de cursos oferecidos, número de turmas, público-alvo, carga horária, etc, para divulgação e mobilização dos interessados.

A sistemática de contratação habitual da empresa se dá por meio do encaminhamento de currículos de interessados via site da internet, que é continuamente alimentado em Banco de Dados específicos. Contudo, pela ampla divulgação das oportunidades geradas no processo de instalação do empreendimento, será criado um sistema que centralize informações dos capacitados para a sua inclusão e participação no processo de seleção conforme demanda. Ou seja, a prioridade da contratação será dada àqueles indivíduos que concluíram o curso de Capacitação Profissional.

Como orientação, para a operação em rede, devem ser envolvidas as entidades existentes na região de abrangência que possam contribuir no processo de levantamento dos desempregados e suas capacitações, no acompanhamento dos trabalhadores na fase de capacitação e, posteriormente, na busca de emprego. O SINE, SENAI, Prefeituras Municipais e as associações comunitárias locais deverão ser de grande valia neste processo, devendo ser parceiros.

O recebimento de currículos e o fornecimento de informações a respeito das vagas em aberto estarão centralizados para uma melhor gestão do Plano. Para isso, o candidato deverá cadastrar seu currículo no site da Feroous utilizando locais públicos e de fácil

acesso para seu cadastramento, acessos esses amplamente divulgados e que exercerão um papel de referência para a população.

Vale ressaltar que esses planos de divulgação deverão ser amplamente compartilhados em peças de comunicação junto à população da região de abrangência.

9.17.5 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS E PROJETOS

Este Programa apresenta todas as ações inter-relacionadas com o Programa de Comunicação Social previsto.

9.17.6 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

Fundamentam as ações de Qualificação Profissional de Mão de Obra, aqui descritas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, o Decreto nº 5.154 de 2004, que regulamenta o capítulo III da LDB, e a Constituição Federal, de 1988, que em seu artigo 205 define que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

9.17.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das ações e a avaliação dos resultados serão feitos com base nos indicadores e em correspondência às metas estabelecidas. O acompanhamento do processo de desenvolvimento das atividades permitirá corrigir, adequar ou modificar, em tempo hábil, as estratégias e ações propostas.

9.17.8 EQUIPE TÉCNICA

A execução será atribuição de uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas.

9.17.9 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Além deste Programa, vale ressaltar que a equipe tem a intenção de colaborar para a execução dos programas inter-relacionados, como o Programa de Educação Social e Ambiental para os Trabalhadores e Comunidades, a fim de contribuir para que os colaboradores e contratados para a implantação do Terminal conheçam e compartilhem os valores e diretrizes estabelecidas pela LiquiPort, para que o projeto seja socioambientalmente responsável e cumpridor de seus compromissos com todas as partes interessadas.

9.17.10 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

- Lei nº. 6.938 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente;

9.17.11 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste PCOM deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM na ETAPA 2 (Terminal Terrestre + Duto) conforme Tabela 9.17.11-1.

Tabela 9.17.11-1: Cronograma físico do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores e Qualificação Profissional.

AÇÕES	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL																							
	ANO 1: ETAPA 2												ANO 2: ETAPA2											
	1º e 2º Trimestres						3º e 4º Trimestres						5º e 6º Trimestres						7º e 8º Trimestre					
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Planejamento																								
Identificação das principais demandas e Estabelecimento de parcerias junto ao SEBRA-ES e SENAI, bem como outras entidades de interesse																								
Identificação de potenciais fornecedores locais e Informar procedimentos administrativos para a contratação de fornecedores																								
Realização dos cursos de Qualificação Profissional																								
Realização dos cursos de Qualificação de Fornecedores																								
Entrega dos relatórios Parciais																								
Relatório Final																								

9.18 PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA – PCAP

9.18.1 INTRODUÇÃO

O Programa de Compensação da Atividade Pesqueira – PCAP apresenta as ações que serão realizadas na etapa denominada “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos”, quais sejam sensibilizar e mobilizar as comunidades pesqueiras artesanais para a participação do processo de construção coletiva com o enfoque participativo na elaboração de *projetos compensatórios* voltados especificamente para as necessidades dessas comunidades, inseridas na Área de Influência da Atividade Pesqueira, justificada em função de restrição temporária do uso do espaço marítimo pela pesca artesanal realizada na região, resultando em impactos de pouca significância, conforme indicado no Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/Rima.

Vale ressaltar que este PCAP foi elaborado com base nas “Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural” e na Nota Técnica CGEPG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 e a complementar Nº 02/10.

9.18.2 JUSTIFICATIVA

Durante a implantação do Terminal São Mateus - TSM, principalmente da Etapa 2, o incremento de movimentação de embarcações deverá promover o afugentamento, além de prejuízos sensoriais da fauna pelágica. Esse efeito deverá ser temporário, com retorno desses organismos. E de forma indireta, haverá efeitos sobre a atividade pesqueira desenvolvida em 5 das 11 comunidades identificadas no diagnóstico da atividade pesqueira para o meio antrópico, uma vez que com as zonas de restrição de pesca e navegação poderá acarretar possível diminuição na CPUE (captura por unidade de esforço). Cabe ressaltar aqui que não há identificação de pesqueiros nas imediações das coordenadas de instalação das monoboias e que, portanto a área de exclusão para navegação em seu entorno não promoverá de forma definitiva sobreposição espacial da atividade de pesca.

Contudo, a dinâmica da navegação e a atividade de pesca em si serão influenciadas permanentemente, devido a área de restrição permanente na operação e com o aumento no tráfego de embarcações cresce o risco de abalroamento.

A frequência da atividade pesqueira artesanal na área de influência é diária ou semanal, apresentando um caráter esporádico. A pesca artesanal também apresenta menor capacidade de afastamento das praias para pescar em alto-mar, fato relacionado, sobretudo, ao pequeno porte e à baixa autonomia da maioria das embarcações utilizadas na região. Assim, o recorte espacial para a realização do PCAP são as seguintes comunidades pesqueiras (Tabela 9.17-1):

Tabela 9.17-1: Comunidades pesqueiras identificadas para a realização do PCAP segundo comunidade e projeto

Município	Comunidades pesqueiras identificadas como diretamente afetadas pelo TSM	Quantidade de projeto
Aracruz	Barra do Riacho	01
Linhares	Barra Seca	01
São Mateus	Barra Nova	01
	Guriri	01
Conceição da Barra	Sede	01

9.18.3 PÚBLICO–ALVO

Para a discussão do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos”, com as comunidades que foram identificadas como diretamente afetadas pelo TSM, entende-se que a mobilização deverá concentrar esforços para a participação dos representantes da comunidade: lideranças comunitárias, associações e colônias de pesca, além de pescadores e marisqueiras não institucionalizados ou não organizados, existentes em cada uma das comunidades citadas, além de outros atores indicados e identificados no decorrer deste processo de licenciamento ambiental.

Para isso, será necessário a sensibilização e envolvimento das comunidades pesqueiras quanto ao PCAP. Recursos didáticos serão utilizados para a instrumentação dos trabalhos de campo, como exemplo, a produção de uma cartilha explicativa, identificando levantamentos realizados anteriormente, por meio do diagnóstico do Programa de Educação Ambiental – PEA, além de outros diagnósticos, cuja implantação atenderá às comunidades pesqueiras anteriormente citadas.

9.18.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os principais objetivos do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos” do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira – PCAP são:

- Compensar as comunidades pesqueiras artesanais inseridas na área de influência, pela interferência causada pela exclusão e restrição temporária do uso do espaço marítimo pelo TSM;
- Elaborar um Plano de Compensação da Atividade Pesqueira que atenda as necessidades das comunidades pesqueiras afetadas pelo TSM;
- Dar continuidade ao processo participativo de criação e implementação de um banco de projetos somando-se às diretrizes orientativas do IBAMA/IEMA para os projetos do PCAP³, quais sejam: planejamento participativo; que visa atender a comunidade de

³ Os dados a serem levantados neste processo, a partir de entrevistas e dos depoimentos, serão agrupados segundo temas, a fim de verificar a triangulação de evidências. As opiniões convergentes sobre cada tema serão

modo coletivo; e que não sejam de responsabilidade do governo (municipal, estadual e federal); e que não contribuam para um maior esforço de pesca (sobrepesca) ou resultem em degradação ambiental;

Legitimar os Grupos de Trabalho eleitos, representados por lideranças pesqueiras locais (institucionalizadas ou não), no processo participativo de eleição de projetos;

Legitimar as participações representativas nas comunidades pesqueiras envolvidas no diagnóstico do PEA-ES e outras lideranças identificadas no decorrer das atividades;

Revalidar o processo em cada comunidade envolvida por meio de reunião com os grupos de trabalho e representantes da cadeia produtiva de pesca;

Estimular a discussão sobre cenários futuros a partir do processo de gestão social instaurado.

9.18.5 METODOLOGIA

A diretriz metodológica proposta para o diagnóstico participativo do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos” do PCAP em questão baseia-se na premissa de que o processo é de compensação ambiental, devendo orientar e esclarecer de uma maneira mais objetiva que o processo é uma etapa de concessão da licença ambiental, tornando o entendimento mais claro para o público-alvo definido.

O planejamento do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos” do PCAP é composto por uma série de micro processos que vão agregar as diferentes fases para um processo integral, ou seja, a partir de uma estrutura fragmentada, em que vários níveis ou etapas devem ser percorridos, obtém-se um produto final integrado. Em cada uma das etapas, várias técnicas de trabalhos e métodos serão utilizadas, conforme os 5 momentos a serem realizados, de acordo com a descrição seguinte.

A utilização de metodologia participativa baseada no método ZOPP⁴ é proposital devido ao seu caráter de questionamento sistêmico, no qual aqueles que estão experimentando uma situação problemática participam, em colaboração com pesquisadores, no delineamento e execução da pesquisa, e nos processos de tomada de decisão sobre como utilizar o conhecimento gerado para lidar com a situação que enfrentam. Tal processo será constituído de 5 momentos, a saber, que serão detalhados adiante:

- Primeiro momento: Levantamento de Informações Pretéritas;
- Segundo momento: Mobilização e Sensibilização Comunitária;

utilizadas para o delineamento das informações, principalmente para elencar a “força dos conflitos”: questões pertinentes, causadoras dos principais problemas que por meio da percepção dos entrevistados são entendidas enquanto entraves para o desenvolvimento da atividade pesqueira para a localidade.

Planejamento de projeto orientado por objetivos. Trata-se de técnicas de visualização e moderação que tem a função de permitir que o trabalho do grupo na discussão e definição do projeto seja efetivamente participativo.

- Terceiro momento: Oficina de Validação e Priorização do Projeto;
- Quarto momento: Reunião para Elaboração do Projeto;
- Quinto momento: Oficina Devolutiva do Projeto.

9.18.5.1 Levantamento de Informações Pretéritas

Esta etapa é considerada estratégica no desenvolvimento das ações deste PCAP, pois a mesma compreenderá a sistematização detalhada dos dados já levantados nas comunidades em questão, evitando assim a repetição de metodologias e resultados e prevenindo o desgaste dos processos a serem realizados novamente, uma vez que os trabalhos foram desenvolvidos em momentos diferentes, o que contribui para a diversidade de informações e demandas das comunidades pesqueiras.

Ao final da sistematização será emitido um documento-síntese contendo a descrição das linhas de ação demandadas pelas comunidades em cada diagnóstico participativo realizado anteriormente.

9.18.5.2 Mobilização e Sensibilização Comunitária

A mobilização comunitária será realizada por meio de contatos previamente estabelecidos, primeiramente pelo telefone, com as lideranças comunitárias institucionalizadas ou não, também chamados de “sujeitos prioritários”⁵. Os sujeitos se constituem de grupos, instituições público-privadas, organizações sociais e comunitárias e comunidades tradicionais elencadas.

A mobilização será enriquecida com a produção de uma cartilha, esclarecendo questões acerca da atividade do PCAP e onde serão explícitos os objetivos do Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos, evidenciando as condições para escolha das ações por comunidade, entre outras noções:

- Mapear os sujeitos locais e regionais que atuam na região do projeto com aplicação das ferramentas de ZOPP junto às lideranças formais e não formais;
- Produção de cartilha de mobilização;
- Campanha de campo para mobilização;
- Reconhecimento de locais possíveis para a realização das Oficinas.

⁵ Para a identificação dos *stakeholders*, é utilizada a técnica do uso de informantes-chaves (indivíduos importantes, representantes ou conhecidamente sábios que estejam relacionados à atividade pesqueira em cada comunidade, localidade de abrangência da pesquisa).

9.18.5.3 Oficinas de Validação e Priorização do Projeto

Para não tornar a atividade repetitiva, será construído o *Diagrama de Processos*, sendo esse composto por tarjetas pregadas em painéis, a fim de conduzir o grupo para a problematização de questões inerentes à atividade pesqueira. Nesse momento a técnica de “tempestade de ideias” será um exercício necessário aos atores para relembrar diversas situações e soluções sobre os possíveis projetos a serem eleitos em ordem de prioridades e suas possibilidades de concretização.

Para isso, cada um dos problemas listados será apresentado de forma lógica e didática, enquanto parte de um processo, sendo temas correlacionados com cores iguais, e temas diferentes, com cores distintas.

Em seguida, os dados serão agrupados em uma *Matriz de Priorização de Problemas*⁶ e *Planejamento Participativo*, conforme descrito a seguir:

♦ **MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS:**

O objetivo para utilizar a *Matriz de Priorização de Problemas* é ordenar os problemas identificados e suas respectivas causas, o que permitirá a comunidade priorizar os problemas que consideram mais importantes.

A técnica a ser utilizada será a de esclarecer o grupo sobre a priorização dos problemas, apontar os problemas e causas levantadas nas ferramentas citadas anteriormente, realizar votação para priorizar os problemas verificados e ordenar os problemas por categoria de prioridade. Consiste no levantamento de dados primários e secundários: sociais, culturais, econômicos, institucionais, ambientais e políticos estruturados em banco de dados que servirão de base para um melhor entendimento da realidade, visando uma abordagem direcionada e contextualizada.

A condução da oficina será realizada nas seguintes etapas:

- **Apresentação do PCAP**, a ser realizada pela equipe da LiquiPort, constituindo-se de explanação de dúvidas e atualização de informações.
- **Momento de apresentação da equipe técnica em que será utilizada uma dinâmica com o objetivo de integração do grupo.**
- **Apresentação dos painéis expositivos** dos problemas relacionados à atividade pesqueira, suas causas e consequências, evidenciando assim o DIAGRAMA DE PROCESSOS. Serão apresentados e validados os cenários possíveis de serem alcançados, e como os problemas podem vir a ser resolvidos, ou seja, uma

⁶ Os diagramas podem ser elaborados sobre o chão ou papel, pelos próprios comunitários ou pelos facilitadores, com base nas informações fornecidas pela comunidade. O importante é que se respeitem as informações transmitidas pelos comunitários e que a ilustração faça sentido. (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005). Por isso o processo de Avaliação como etapa de finalização do levantamento de dados.

reformulação das condições negativas da realidade para transformar-se em condições positivas desejáveis.

- **Consolidação da MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS** a partir da validação da solução proposta para o problema, e como os possíveis projetos poderão atuar nas relações de causa-efeito para a possível realização e alcance da situação desejada, com o objetivo de resolver problemas considerados urgentes.
- **Caracterização dos projetos** a partir da análise da situação e do ambiente no qual podem ser desenvolvidos os projetos a serem eleitos de forma direta e participativa, indicando possíveis parceiros e envolvimento das pessoas.
- **Priorização e eleição dos projetos** da comunidade permitindo assim uma rápida visualização e resumindo os principais dados sobre os projetos. Esta matriz deverá sintetizar toda a estratégia do projeto, onde podem ser identificados, na sua estrutura matricial, o objetivo global, o objetivo do projeto, os resultados esperados (correspondentes aos objetivos específicos) e as atividades ou ações que são os meios de atingir os resultados. Além disso, traz ainda os indicadores de impactos, também chamados de resultados, que servem para medir os benefícios ou impactos possíveis do projeto, fontes de verificação, custos e insumos do projeto.
- **Escolha do Grupo de Trabalho** como resultado da discussão sendo eleitas lideranças potenciais para fazer parte da formulação destes grupos de acompanhamento e interlocução nas etapas decorrentes do PCAP.
- **Encerramento da oficina** momento de se agradecer a participação de todos e solicitar a permanência do Grupo de Trabalho escolhido para esclarecimento das etapas seguintes.
- **Realização de agendamento de reunião com o Grupo de Trabalho** bem como a dinâmica para a elaboração do projeto escolhido a partir da validação e priorização realizada durante a Oficina.

9.18.5.4 Reunião para Elaboração do Projeto

Essa etapa do trabalho será realizada somente com o Grupo de Trabalho, em reunião previamente marcada, pois assim será possível alinhar exatamente as demandas levantadas durante as Oficinas, com o intuito de dirimir posteriores desentendimentos e focar o encontro exclusivamente na elaboração do projeto.

Para isso, será importante proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento do Projeto, ou seja, adequá-lo às condições necessárias para o atendimento de alguns critérios de sustentabilidade, utilizando-se das seguintes definições⁷:

⁷ O programa Ciranda Capixaba leva em consideração essas definições de sustentabilidade, assim adotadas enquanto critérios válidos para a discussão pretendida durante a eleição de projetos para o atendimento ao PCAP.

- **Sustentabilidade institucional:** documentação; legalização; fortalecimento institucional da organização responsável pelo projeto;
- **Sustentabilidade ecológica e/ou ambiental:** alerta o seu público-alvo sobre o uso racional do estoque de recursos naturais e sobre preservação do meio ambiente no seu entorno e destino do lixo resultante de suas ações; e
- **Sustentabilidade cultural:** manter a diversidade e a identidade cultural, valores e práticas existentes nas comunidades, municípios, regiões e no estado, de maneira a garantir a permanência e efetividade das suas ações.

Para tanto, deverá ser utilizado o Formulário de Apresentação de Projeto (FAP); contemplando os seguintes itens:

- Metodologia descrita de forma sucinta, incluindo alterações definidas ao longo da execução do projeto;
- Descrição detalhada da mobilização, problematização, diagnóstico, contendo os projetos demandados pelas comunidades e aqueles compreendidos por esses como prioritários e o que será implementado, incluindo atas, se pertinente, e documentação fotográfica;
- Projeto final, elaborado por cada comunidade na segunda etapa;
- Apresentação das estratégias de continuidade dos projetos após o pagamento pela empresa, principalmente daqueles projetos que necessitam manutenção (centro de informática, veículo utilitário, rádios VHF) e, no caso da necessidade de contratação contínua de profissionais, quem será responsável pela sua contratação durante e após a implementação da medida compensatória; e
- Apresentar informações sobre quem serão os beneficiários diretos dos cursos e equipamentos adquiridos (pescadores associados, famílias destes ou toda a comunidade) e como serão selecionados os beneficiados, se for o caso.

♦ ATIVIDADES

- Análise preliminar dos dados coletados na oficina.
- Complementação de dados necessários para embasar os projetos.
- Redação dos planos operacionais de projeto por comunidade.

9.18.5.5 Reuniões Devolutivas e Validação dos Projetos

A última etapa do processo do Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos será a Oficina Devolutiva do Projeto, com o objetivo de levar à comunidade os resultados gerados na

Oficina de Validação e Priorização do Projeto e na Reunião para Elaboração do Projeto. Para isso, será necessário o envio prévio dos planos operacionais ao Grupo de Trabalho.

O público dessa oficina será o mesmo da Oficina de Validação e Priorização do Projeto. Será feita a mobilização de cada comunidade a partir dos agendamentos nas datas e horários sugeridos pelo Grupo de Trabalho de cada comunidade. Nessas oficinas serão apresentados os planos operacionais para as comunidades pesqueiras. Será o momento de especificar o destino dos investimentos solicitados, as atividades/ações a serem efetuadas pelo detalhamento de atividades do Projeto para alcançar os objetivos almejados, o plano de ação e o cronograma físico de etapas.

9.18.6 METAS

As metas previstas pautar-se-ão na realização dos objetivos supracitados, a saber:

- Dispor de 01 (um) documento base com o Banco de Demandas de Projetos por município, que forneça orientações técnicas para a construção de uma proposta de ação participativa voltada ao atendimento das demandas apontadas pelas comunidades pesqueiras afetadas pelas atividades do TSM;
- Realizar uma reunião ampliada e participativa de revalidação das propostas elaboradas junto aos grupos mobilizados e outros profissionais da cadeia produtiva da pesca em cada comunidade envolvida no processo de compensação sobre os projetos que serão implementados;
- Identificar e contemplar nos grupos mobilizados a participação efetiva de atores sociais de diferentes gêneros em cada comunidade pesqueira, através da manutenção e ampliação dos Grupos de Trabalho;
- Fortalecer a atividade de pesca artesanal e o uso sustentável dos recursos ambientais e pesqueiros.

9.18.7 INDICADORES

Para acompanhamento da execução das metas, os indicadores identificam e ajustam os resultados a serem alcançados conforme proposto neste documento, sendo eles:

- Banco de Demanda de Projetos;
- Número de representantes de entidades pesqueiras e grupos de pescadores artesanais identificados nas comunidades;
- Número de entidades pesqueiras e grupos de pescadores artesanais, que participaram das reuniões do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos”, dos municípios definidos;
- Número de reuniões realizadas;

- Quantidade de homens, mulheres, jovens, pescadores, marisqueiras, atravessadores, comerciantes e proprietários de embarcações presentes em cada uma das reuniões.

9.18.8 EQUIPE TÉCNICA

A execução do PCAP será atribuição de uma equipe técnica multidisciplinar, composta por analistas ambientais nas áreas de conhecimento específicas.

9.18.9 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Além deste PCAP, vale ressaltar que a equipe tem a intenção de colaborar para a execução dos programas inter-relacionados, como o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores e Comunidades, a fim de contribuir para que os colaboradores e contratados para a implantação do Terminal conheçam e compartilhem os valores e diretrizes estabelecidas pela LiquiPort, para que o projeto seja socioambientalmente responsável e cumpridor de seus compromissos com todas as partes interessadas.

9.18.10 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

- Lei nº. 6.938 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente;

9.18.11 CRONOGRAMA FÍSICO

O desenvolvimento deste PCAP deverá seguir o cronograma sugerido de implantação do TSM somente na ETAPA 2 conforme Tabela 9.18.11-1.

Tabela 9.18.11-1: Cronograma físico do PCAP

AÇÕES	PCAP																							
	ANO 1: ETAPA 2												ANO 2: ETAPA2											
	1º e 2º Trimestres						3º e 4º Trimestres						5º e 6º Trimestres						7º e 8º Trimestre					
	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Planejamento																								
Mobilização e sensibilização das comunidades pesqueiras																								
Realização das Oficinas de Validação e Priorização de Projetos																								
Elaboração do Projeto com o Grupo de Trabalho																								
Reuniões Devolutivas, Execução e Implementação dos Projetos Eleitos como prioritários																								
Entrega dos relatórios Parciais																								
Relatório Final																								

9.19 PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

♦ INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Mesmo em áreas antropizadas, qualquer atividade que implique movimentação de solo seja por escavação, terraplenagem ou aterramento, implica a possibilidade de afetar sítios arqueológicos ainda desconhecidos.

Considerando a possibilidade de que vestígios arqueológicos se tenham preservado ainda que em um contexto alterado e mesmo que o diagnóstico arqueológico não tenha identificado nenhum vestígio, o IPHAN recomendou como medida mitigadora a adoção de um programa de prospecção que tenha como objetivo central a investigação de forma sistemática da área diretamente afetada (Anexo 6.4.8-3).

Dessa forma, pretende-se cumprir o previsto na legislação, assegurando a proteção ao patrimônio arqueológico.

♦ OBJETIVO

- Realizar prospecção arqueológica nas áreas diretamente afetadas pelas obras relacionadas a esse empreendimento.
- Estimar a quantidade, caso haja, de sítios, suas dimensões e estado de preservação.
- Avaliar preliminarmente seu conteúdo cultural e relevância para pesquisa.
- Identificar os que serão afetados pelas obras, indicando a necessidade de medidas de proteção ou resgate.
- Executar atividades de educação patrimonial que poderão contribuir para o reconhecimento e preservação do patrimônio arqueológico.

♦ METODOLOGIA

A prospecção arqueológica deve preceder à intervenção a ser realizada com as obras, sendo necessária para sua realização a elaboração de projeto de pesquisa específico, considerando as observações realizadas no diagnóstico. Esse projeto deve ser submetido ao IPHAN para obtenção da autorização de pesquisa necessária para sua execução. Caso identificados, os sítios arqueológicos serão registrados e submetidos a uma avaliação que considere as medidas apropriadas: salvamento ou preservação.

Em caso de sítios a serem afetados pelo empreendimento, e sendo necessário o salvamento, esse deve ser objeto de projeto específico, também a ser autorizado pelo IPHAN e a ser executado antes da intervenção da obra. Deve ser ressaltado que a opção preferencial sempre é a de preservação do patrimônio histórico, mantendo-o para estudos acadêmicos futuros ou como testemunho para as próximas gerações.

A área de influência direta também deverá ser alvo de ações preventivas, uma vez que estará sujeita a impactos pela expansão urbana do município, assim como instalação de empresas e obras associadas. Esses impactos poderão ser mitigados com atividades de educação patrimonial voltados para as comunidades.

O objetivo principal das atividades de Educação Patrimonial é despertar a consciência sobre o patrimônio arqueológico e prevenir impactos a ele. Deve ser direcionado aos técnicos e operários envolvidos, que serão orientados sobre os procedimentos a serem seguidos em caso de descoberta de vestígios arqueológicos.

Essas atividades podem ser estendidas aos moradores dos arredores, despertando a consciência sobre a existência do patrimônio arqueológico e a necessidade de sua preservação. Esse trabalho será desenvolvido por profissionais com experiência no tema, através de palestras e cartilhas direcionadas principalmente às lideranças comunitárias que poderão atuar como agentes multiplicadores dessa informação (professores, associações profissionais e de bairros, etc.).

♦ PÚBLICO-ALVO

Órgãos ambientais, IPHAN, empreendedor, funcionários das empresas diretamente envolvidos com a implantação do empreendimento, comunidades do entorno.

♦ CRONOGRAMA FÍSICO

Propõe-se a execução do programa na fase de instalação da Etapa 2.

PROGRAMA	Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial	
Etapa 1	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO
Etapa 2	FASE DE INSTALAÇÃO	FASE DE OPERAÇÃO

♦ INTER-RELAÇÕES COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial possui inter-relação com o Programa de Gestão Ambiental (PGA).